

Na Aldeia Gameleira vive um povo que protege a
Mãe natureza e luta pela sua história



**RESISTIR PARA EXISTIR: VIDA E
CULTURA DOS TAPUYA-KARIRI**



Ana Ilza Medeiros

Ana Ilza Bezerra de Medeiros

RESISTIR PARA EXISTIR: VIDA E CULTURA DOS TAPUYA-KARIRI

Na Aldeia Gameleira vive um povo que protege a Mãe natureza e luta pela sua história



EdUESPI

M488r Medeiros, Ana Ilza Bezerra de.

Resistir para existir: vida e cultura dos Tapuya-Kriri / Ana Ilza Bezerra de Medeiros. - 2025.
98f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Bacharelado em Jornalismo, Teresina-PI, 2025.

"Orientador: Profa. Me. Sônia Maria dos Santos Carvalho".

1. Tapuya Kariri. 2. Jornalismo. 3. Povos Indígenas. 4. Cultura. I. Carvalho, Sônia Maria dos Santos . II. Título.

CDD 070



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa

Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo

Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo

Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão

Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto

Editor da Universidade Estadual do Piauí Universidade Estadual
Do Piauí

Universidade Estadual Do Piauí

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI



Rafael Tajra Fonteles
Themístocles de Sampaio Pereira Filho
Evandro Alberto de Sousa
Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Governador do Piauí
Vice-Governador do Estado
Reitor
Vice-Reitor

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto
Algemira de Macedo Mendes
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Antonio Luiz Martins Maia Filho
Artemária Coêlho de Andrade
Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Fábio José Vieira
Hermógenes Almeida de Santana Junior
Laécio Santos Cavalcante
Maria do Socorro Rios Magalhães
Nelson Nery Costa
Orlando Maurício de Carvalho Berti
Paula Guerra Tavares
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Presidente
Universidade Estadual do Piauí
Academia de Ciências do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Academia Piauiense de Letras
Conselho Estadual de Cultura do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade de Porto – Portugal
Universidade Estadual do Piauí

Ana Ilza Bezerra de Medeiros
Ana Ilza Bezerra de Medeiros
Ana Ilza Bezerra de Medeiros
Sônia Maria dos Santos Carvalho
EdUESPI

Editora
Capa
Diagramação
Revisão
E-book

Medeiros, Ana Ilza Bezerra de.

Resistir para existir: vida e cultura dos Tapuya-Kariri / Ana Ilza Bezerra de Medeiros. – 1. Ed. -- Teresina: EdUESPI, 2025.

1. Tapuya-Kariri 2. Indígenas 3. Resistência 4. Ceará 5. Narrativas pessoais

Editora da Universidade Estadual do Piauí
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

DEDICATÓRIA

Aos Tapuya-Kariri, que abriram as portas para que eu pudesse entrar;

A minha mãe, por ser meu porto seguro e embarcar comigo nos meus sonhos mais loucos;

A minha avó Dinalva, que faz parte de mim, e eu dela, nesse amor sem fim;

As grandes amigas por me acolherem sempre que quis desistir.

AGRADECIMENTOS

Sou adepta ao ditado popular que diz que uma andorinha só não faz verão. Foi preciso uma força plural para que esse livro ganhasse vida, fosse gerado e finalmente, fosse ao mundo. É por isso que começo agradecendo a quem não mediu esforços para que esse sonho se realizasse, começando por mim mesma. Desde nova sinto uma curiosidade e um incômodo, um desejo insaciável de conhecer o mundo, me relacionar com as pessoas e ser contadora de histórias. Desde nova sinto que me comunicar e ser a expansão da voz do outro seria a ação mais útil e prazerosa para a minha mera existência aqui na terra.

Foram mais de 5 anos para me enxergar e me aceitar como comunicadora, como alguém que se arrisca, como uma estudante e jovem que não tem planos de desistir depois de já ter se jogado no mundo. Fico feliz que cheguei até aqui, e que de todo coração, realizei algo que está além de desejos de status, sucesso e ganância; este livro foi feito com todo o meu coração e com toda a minha alma, pois é justo que muito custe o que muito vale, principalmente quando feito com verdade.

Quem sonhou comigo todo esse tempo também foi a minha mãe, a quem eu devo a minha eterna gratidão. Professora há quase 20 anos em escolas do município, trabalhando em comunidades, e com realidades diferentes, minha mãe me ensinou a ver o mundo e suas variadas cores, classes e ideias. Ensinou-me a ouvir, a

me importar e a me colocar no lugar do próximo. Ela foi a minha primeira contadora de histórias, foi com quem aprendi que o mundo da leitura e do lúdico faz toda a diferença na vida de uma criança. Minha mãe nunca pensou duas vezes em apoiar minha decisão de ser jornalista, me mudar para outro estado e realizar os meus sonhos mais vívidos, ela sabia que minha curiosidade não ia ser contida. Ela sempre me deixou voar, mas ainda assim, me dá a segurança de que eu tenho para onde voltar.

Essa história e muitas outras que continuo contando só são possíveis porque tenho seu amor, e que orgulho de chamá-la de mãe e dividir a vida com tanta coragem e garra. Não posso deixar de agradecer aos meus amigos, os verdadeiros sinônimos de que sua alma gêmea pode existir. Isabele, Ryan, meus amigos-casa, meu laço de infância, de adolescência e de uma vida de decisões. Vocês não têm a noção do quanto me fazem feliz, e do quanto estar com vocês me relembra cada vez mais de onde venho. Lara e Vitória, minhas primas e irmãs, as que me ensinaram a cantar, dançar, curtir a vida e que dividem o doce e o amargo de crescer. A vocês, que tanto me ouviram chorar e reclamar das minhas inseguranças, eu desejo todo o amor e felicidade, pois merecem cada conquista.

Sou rodeada de amor, de pessoas que me acolhem desde o primeiro dia em que pisei na capital piauiense: Jéssica, Laura, Emanuella e Geovana, vocês foram um dos maiores presentes que a Universidade Estadual do Piauí poderia ter me dado. É uma amizade que salva, que puxa a orelha, faz sorrir, ensina e me motiva a ser, ir e fazer. Obrigada por nunca largarem minha mão, me

mostrarem o mundo e me presentearem com quatro anos de uma irmandade que vai além dos quatro cantos de uma sala de aula. Obrigada por, desde o princípio, não me deixarem desistir de escrever e serem fiéis leitoras dos meus devaneios.

Ao meu irmão de alma, Pedro Arimateya, mais do que gratidão, eu disponho toda a minha admiração pelo seu coração genuíno e amoroso. Obrigada por ser o meu equilíbrio, meu porto seguro, por dividir comigo a casa, as contas, os medos e os sonhos. É com as suas músicas de Bossa Nova e MPB que renovo minha energia para ver a vida com mais cores, é com a sua autenticidade e inteligência, que sinto vontade de ser quem eu sou sem ligar para opiniões alheias. Obrigada por muitas vezes parar e ouvir o que eu escrevia neste livro e dar sua opinião atenta, eu me inspiro em você todos os dias da minha vida.

Obrigada aos tantos amigos que na universidade e em Teresina conquistei, sou tão sortuda, pois foram tantos os que me acolheram e seguem segurando a minha mão até aqui. Pedro Lima, grande amigo de pautas, de ideias e sonhos tão sinceros, agradeço por transformar meus textos em viagens e me fazer acreditar em um Jornalismo melhor para hoje e o futuro, não vejo a hora de trabalharmos juntos novamente. Vitória Pilar, minha escritora favorita do Piauí, a quem acompanhei na qualificação, defesa e publicação de um livro fantástico. Foi exatamente como você me disse: escrever é um parto. Dói, machuca, acalenta, transforma, não sou mais a mesma depois dessa caminhada. Obrigada por ter dado o primeiro passo dentro do nosso curso, dentro da nossa universidade e ter enfrentado todas as ignorâncias

em prol de contar uma história que merece ser contada. Não teve um dia em que não escrevi sem estar com PÉC do ladinho, servindo de apoio, referência e não me fazendo desistir. Compartilhamos o mesmo signo, a mesma formação e a mesma garra de defender o nosso. Você foi e é um pilar nessa jornada.

Eu, com os meus quase quatro anos de vivência em Teresina, precisei e continuo precisando de suporte, principalmente quando a saudade de casa aperta. E nestes anos que tão rápido passaram, eu contei com mulheres fortes e incríveis que me estendem a mão e me ensinam que laços vão além do sangue. Obrigada de todo o coração à família Ribeiro: Cris, Janaína, Ana e Raquel. Vocês que sempre me fizeram sorrir e abriram as portas sempre que precisei, não imaginam o quanto me salvaram de jogar tudo para o alto e desistir de chegar até aqui.

É preciso muita coragem para viver a vida, para concretizar nossos mais profundos desejos, as nossas ambições. O medo se manifesta, nos torna inseguros e por muitas vezes chega a ser desmotivador tentar tanto, por isso a importância de cuidar da mente, da saúde física, do bem-estar. Não temos para onde fugir, somos nossos próprios templos e precisamos valorizar isso. Não vou ser hipócrita de contar que no processo de escrever tudo foi somente flores e arco-íris, tive também meus momentos de tempestade, pois sou humana, jovem, insegura e vivendo tudo pela primeira vez. Mas eu tive uma super-ajuda de quem merece todo o respeito e valorização desse mundo: Priscila, minha psicóloga. Quem me abriu os olhos para pensar, acreditar e seguir passo a passo dessa vida tão imprevisível. Eu e ela

trabalhamos com a escuta, estamos aqui para ouvir a história que cada pessoa carrega, e que bom que pude contar (e sigo contando) com sua atenção verdadeira e acolhedora.

Profa. Sônia, não consigo mensurar em palavras minha gratidão, mais do que uma orientadora, foi e é uma leitora atenta e acolheu a minha ideia de coração aberto. Eu havia passado por momentos constrangedores na universidade, precisava escolher o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso, e tinha em mente o desejo de conhecer a história dos Tapuya-Kariri e escrever um livro que pudesse sair da universidade para o mundo, então enviei a ela uma carta-convite, detalhando meus receios, de onde eu vinha, e o tudo o que eu queria realizar com a escrita. Ela não hesitou, respondeu-me prontamente, e até aqui vem me dando um suporte acadêmico, emocional e acolhedor que eu não imaginaria receber. Obrigada por embarcar nesse sonho comigo e acreditar em mim!

E como não vou deixar de agradecer aos protagonistas desta história? Ao povo indígena Tapuya-Kariri, que abriu as portas para que eu, uma estudante curiosa pudesse entrar e escutá-los atentamente. Obrigada à cacique, líder, vereadora, mãe e tantas outras posições admiráveis, Andrea Kariri, que desde a nossa primeira ligação em 2024 não se absteve em me receber e tirar as minhas dúvidas sobre a história de luta do seu povo. Dona Jacinta, Neginho, Gleici, Juliana, Dona Tonha, Dona Raimunda, seu Oscar e tantas outras vozes que me deram o privilégio de conhecer suas vidas e suas raízes, muito obrigada, fui e continuarei sendo feliz por carregar essa experiência comigo.

E a Deus, que nunca me deixou cair, a quem me segurei firme para tomar cada decisão, ser paciente e acreditar em mim, minha gratidão e amor de todo coração. Foi também alimentando a minha espiritualidade, entendendo os acontecimentos ao meu redor, e tendo fé para trabalhar arduamente na realização dos meus sonhos, que este livro, projeto, filho, está agora indo para as mãos de outras pessoas curiosas, atentas e cheias de amor também.

SUMÁRIO

O vizinho de uma vida inteira
13

Troncos, encantados e o poder da
espiritualidade
28

Gameleira: as raízes que formam uma aldeia
55

Universos Kariri
67

Resistir para existir
87

Referências
98



*Medo é necessário, faz
sentido. Só não dá para ter
medo de ter medo,
paralisar e deixar as
histórias passarem sem
encontrar quem as conte.
(Eliane Brum)*

O vizinho de uma vida toda

*Os povos indígenas são a última reserva moral, dentro desse sistema –
Daniel Munduruku (Povo Munduruku)*

Eu vim lá do Ceará de ‘mala e cuia’ como costumamos dizer. Tinha apenas um sonho, escrever sobre pessoas. Esse sonho eu tirei do Ensino Médio, quando na escola de rede estadual, fui apresentada a uma biblioteca cheia de livros e encontrei entre os tantos ‘A vida que ninguém vê’, obra de Eliane Brum, jornalista brasileira vencedora do prêmio Jabuti. O livro tinha uma capa em tons de preto e branco, e estava escondido entre tantos da literatura brasileira - ainda tenho na memória todos os detalhes daquela leitura. Levei-o para casa e mergulhei na viagem da reportagem. Lembro até de ter a coragem de pedir a tia da biblioteca que me desse o livro, em troca, eu iria presentear a biblioteca com outras doações - tentativa sem sucesso para uma estudante sem verba para comprar os próprios livros. Tudo o que eu sabia era que ele tinha mudado a minha percepção sobre o Jornalismo. Digo até que, a partir daquela leitura, aprendi a escutar de verdade, a observar tudo ao meu redor com sensibilidade e disposição, e confirmei que o meu caminho seria por ali, mesmo sem eu entender muito do que a vida tinha para mim.

Depois que vim para Teresina, após um longo caminho de mudanças, adaptações e saudades, eu percebi que, quanto mais me afastava da minha cidade, mais interessante ela ficava. Quando morava na princesa serrana¹, nossa São Benedito, eu era um personagem, vivia dentro da bolha interiorana das trivialidades. Com a mudança, tornei-me uma observadora de tudo que passava naquele lugar, até me desafiar ser narradora e trazer um pouco mais das minhas origens para o Piauí. Foi quando percebi que Teresina é culturalmente diversa, mas que eu também venho de um lugar cheio de histórias bonitas para contar.

Crescendo na cidade, ouvia falar que em um lugar não muito distante viviam povos indígenas. Tudo o que ouvia falar era uma teia de palavras-chave: “índios”, aldeia, distância, desconhecimento. Não tinham nome nem identidade para boa parte da zona urbana, mas preenchiam um espaço há quilômetros da cidade. Nem sequer sabia como os podia chamar, muito menos da sua história. Tudo o que eu tinha eram livros de História da escola, em meados de 2010, 2011, que me falavam sobre o dia em que os portugueses chegaram ao Brasil, lá em 1500, e o que era uma terra desconhecida virou uma colônia portuguesa e o resto era conto de disco ralado, repetido várias vezes até não questionarmos a realidade dos fatos. Fatos como genocídio, apropriação cultural, negação de ritos e modos de viver dos

¹Princesa Serrana é um dos nomes designados como apelido à cidade de São Benedito, no Ceará. De criação popular, o município também recebe o nome de “Cidade da fé”, por possuir um grande santuário católico e “Cidade das Flores” pela produção e exportação de flora, uma das maiores economias da cidade.

mais de 10 milhões de povos originários que viviam na terra invadida por eles. A História, que com seu papel de estudar os acontecimentos do passado, a ação do ser humano no tempo e espaço, me escondia o que muito eu precisava saber para escrever até aqui.

Continuava sem saber o nome e a identidade desse povo, mas sabia que ali estavam. Em 2018, presenciei amigos fazerem uma viagem da escola até a desconhecida aldeia, e alheia a muita coisa, pois não pude participar da visita, me encantei com as pinturas feitas nos estudantes, que alegres postavam registros nas redes sociais como sinalização de uma experiência antropológica e uma troca de relações. Até porque nos estimulamos com o ilustrativo, a pintura, o cocar, o cachimbo, a oca e a língua que muitos de nós não indígenas nunca nos propusemos a entender de verdade.

Foram 3 anos, leituras, desconstruções e muita vergonha, para entender, de longe, quem eram esses que estavam tão perto. Já na Universidade Estadual do Piauí como pesquisadora, e no âmbito social como observadora - do Piauí, do Ceará e de tudo ao meu redor - entendi que era o meu desejo e dever saber quem era esse povo, o porquê coexistíamos sem nos relacionarmos e o que de tão grandioso aconteceu para que essa distância não fosse apenas geográfica, mas sim, social, cultural e, acima de tudo, espiritual. Entendi numa vivência curta, porém intensa, o quanto como pessoas, somos diferentes em lidar com as nossas relações com o mundo, muito dessa diferença baseada em nossas culturas.

Até que ouvi o seu nome – não no plural, mas no individual, pois eles são um só. *“O Tapuya-Kariri dança aqui, dança acolá. Ô Tapuya-Kariri, chama ele que ele vem. Para dançar o toré, chama ele que ele vem”.* Estes, são Tapuyas, pois

nunca aceitaram tudo que lhes era imposto, sendo assim, “rebeldes”². Além disso, o nome provém de uma homenagem feita às cafurnas – locais que a comunidade identifica como “buracos sagrados” e que serão apresentados aqui com toda a importância que merecem. São Kariri por terem descendência com os indígenas do Crato - município situado no Cariri cearense, há 85 quilômetros de São Benedito, conhecido popularmente como o “*Oásis do Sertão*”³. Esses antepassados vieram e se instalaram na serra da Ibiapaba, mais precisamente na Aldeia Gameleira.

A aldeia, localizada na zona rural, é conhecida pelos não-indígenas como Sítio Carnaúba II. A região está entre as cidades de São Benedito e Carnaubal, sendo a maior parte da terra pertencente ao município de Carnaubal. As respectivas cidades fazem parte da Serra da Ibiapaba, composta por nove municípios e situada em uma região montanhosa que se localiza entre os estados do Ceará e do Piauí, há 323,4 quilômetros da capital cearense, Fortaleza. O acesso à localidade do sítio Carnaúba II é feito, em grande parte, pelos chamados “carros de horários”, que se deslocam pela estrada, fazendo o itinerário diariamente de São Benedito a Carnaúba e localidades vizinhas. São esses transportes que, em sua maioria, facilitam a vida de quem precisa se deslocar para suprir suas necessidades na área urbana. E são os mesmos que, desde criança, presencio pelo centro da cidade, carregado de famílias, animais, e

² A definição veio a partir de uma ligação minha com a cacique Andrea Kariri em 2024, que explicou sobre o significado forte do nome de seu povo.

³ Popularmente apelidado assim pelas características climáticas mais úmidas e favoráveis à agropecuária.

sacos de alimentos. Agora que sabemos o seu nome e sua localização, venho convidar você leitor, a conhecer uma comunidade que tem nome, sobrenome, ancestralidade, lugar. E que recebeu uma pesquisadora curiosa que, com sua pouca coragem, decidiu ser abraçada por essa história.

“A história dos Tapuya-Kariri não é uma história, é uma estrada”. Essa estrada foi aberta antes mesmo dos portugueses invadirem o Pindorama, a terra das palmeiras, nomeada assim por povos tupi-guaranis, hoje República Federativa do Brasil. Essa comunidade, advinda de uma linhagem que sofreu extermínios, e tentativas de apagamento desde a colonização, continua a mostrar a cada dia, que seguir caminhando será sempre a primeira opção, não importa os obstáculos que encontrem.

A frase em destaque acima foi dita por Neguinho Tapuya, vice-cacique da aldeia, e guardião de histórias resistentes que foram ouvidas ontem e devem ser ouvidas hoje e amanhã. Com essa frase, começo traçando caminho pelo diálogo que pretendo ter aqui com os Tapuya-Kariri na Aldeia, no Ceará e no Brasil. Sua realidade é composta por camadas sociais e culturais que representam bem como uma comunidade, que reside no país há mais de 500 anos, enxerga este pedaço do Nordeste e o mundo onde esse Nordeste se encontra. Os Tapuya conhecem a natureza e sabem da sua importância para a explicação de suas vidas na terra, eles entendem de orações e cânticos, pois não há riqueza maior do que alimentar a espiritualidade. Lutam pela educação, pelo direito de ir e vir, e o direito também, e acima de tudo, de permanecer.

A luta dos Tapuya e de povos indígenas do Brasil é uma expressão de como a realidade e a relação com a terra é diferente da visão do não indígena, que a desconhece ou

prefere não conhecer para não entender. Em uma entrevista com a jornalista Eliane Brum, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro disse a seguinte frase: “Os indígenas são especialistas em fim do mundo, já que o mundo deles acabou em 1500”. Não há equívoco na fala, contudo, a frase carrega um peso que dificilmente nós, povos não indígenas, consideramos: as tantas vezes que um povo e sua ancestralidade teve de renascer, após ser morto social, física e culturalmente.

Crescemos com os livros de histórias, a mídia e os contos de que terra está ligada a dinheiro, o dinheiro está ligado à posse e a posse está ligada a quem está no topo da pirâmide econômica. Por isso, paramos muito pouco ou quase nunca para entender sobre os conflitos acerca demarcação de terras, e da razão pela qual povos perdem sua vida e seus direitos de viver e consumir da natureza o que lhes é por direito de nascença. São inseridos nesses óbitos povos originários, como também povos não indígenas que lutam lado a lado pelo respeito e preservação. É o caso de Bruno Pereira e Dom Phillips. Um, indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), e o outro, jornalista inglês que trabalhava com questões ambientais no Brasil há mais de 15 anos. Os dois foram mortos em 2022 em uma emboscada quando navegavam no rio Itacoáí, no Vale do Javari, Amazonas, área conhecida como rota de entrada de tráfico de drogas, pesca e caça ilegais, além do garimpo proibido em terras indígenas.

Em uma pesquisa feita pelo Conselho Indigenista Missionário⁴ em 2022, somente no mesmo ano foram

⁴ O Conselho é um órgão indigenista cristão criado em 1972 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com

registrados no Brasil 158 casos envolvendo conflitos por terras, 416 casos de crimes contra a pessoa, incluindo assassinatos e ameaças de morte e 467 casos de violência contra o patrimônio (extração irregular de madeira, garimpo, caça e pesca ilegais e invasões ligadas à grilagem de terra). Para os Tapuya-Kariri, o cenário não é diferente. Os problemas com demarcação de terras, perseguições, e principalmente luta contra posse bruta de fazendeiros, fato que faz o enfrentamento da comunidade ser constante pelo usufruto dos direitos étnicos e territoriais contemplados pela Constituição de 1988⁵, não é caso isolado, e famílias ainda lidam com os estigmas e discriminações de quem está fora da comunidade e não conhece a sua realidade.

Além dos Tapuya, no sítio Carnaúba II, também reside uma comunidade de quilombolas e uma pequena porção de posseiros que cercam a região. Muitos da comunidade quilombola, que compartilham de parentalidade com os Tapuya, se fragmentaram há anos atrás por conflitos envolvendo terras e ameaças de posseiros. Hoje, os Tapuya-Kariri travam batalhas não só com os não indígenas de fora, como também com famílias que um dia já foram da mesma terra, e hoje, se identificam com outra cultura e etnia: quilombola. Essa coexistência de povos que possuem as mesmas raízes é também marcada por um histórico de retomadas que já levaram as comunidades a um embate

os objetivos de lutar pelo direito e autonomia dos indígenas através de projetos pluriétnicos. Ele foi criado após encontros de missionários sobre a grave situação indígena durante a ditadura militar brasileira.

⁵ Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

com a própria FUNAI. A primeira retomada dos Tapuya iniciou na construção da Escola Indígena Francisco Gonçalves de Sousa, (reinaugurada em 2018 para um local maior) e hoje atual centro de educação e ponto de encontro deste povo, cujo nome é em homenagem ao Sr. Chico Pai Zé, primeiro cacique da aldeia. Enquanto estava sendo construída, eram contínuas as ameaças de que a escola seria destruída, e uma das formas de evitar a derrubada foi a permanência dos indígenas no espaço.

A segunda retomada se deu na escola municipal de ensino básico Antonio Isaías de Maria, ocupada no dia 18 de abril de 2014 pelos indígenas, com objetivo de impedir que o local fosse utilizado para fins políticos, beneficiando apenas um grupo específico. Essa retomada gerou conflitos, mas também culminou num processo mobilizatório, tanto para os indígenas, quanto para os quilombolas. Diante da situação, foi realizada uma audiência pública na Aldeia da Gameleira no dia 30 de maio de 2014 na Carnaúba II. Estavam presentes os dois grupos em questão, juntamente com 10 representantes da FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, e demais autoridades dos municípios de São Benedito e Carnaubal. A decisão era, a princípio, fechar a escola para reforma até que a divisão fosse legalmente realizada. No final, a escola municipal tornou-se, por direito, posse da comunidade quilombola.

Com essa divisão, o Sítio Carnaúba II conta atualmente com duas escolas municipais étnico-culturais - a escola Antonio Isaías de Maria dos Quilombolas e a escola Francisco Gonçalves de Sousa dos indígenas - que abrem as portas para alunos da educação infantil ao ensino fundamental, e contam com professores tanto da zona urbana, como professores das próprias comunidades para

oportunizar um ensino próximo à realidade de seus aprendizes. Assim é com a unidade de saúde da aldeia, que por muito tempo, se reduziu a um espaço dividido para amparar as duas comunidades, apenas com equipes médicas diferentes. No entanto, em 2024, as duas comunidades selaram sua fragmentação em escola, terra, cultura e também saúde. Os Tapuya-Kariri, por meio da Secretaria de Saúde do Ceará, conquistaram sua própria unidade básica, que teve sua obra iniciada no dia 13 de maio de 2024 – um mês antes da minha primeira visita a aldeia - e segue com previsão de término ainda em 2025. Mas podemos nos perguntar também se, além desses conflitos e embates, os Tapuya-Kariri sempre foram Tapuya-Kariri.

A verdade é que apesar de estarem no país há mais tempo que muitas vegetações, estes povos indígenas, como muitos outros que compõem a diversidade cultural brasileira, não se sentiam no direito de se identificar com suas próprias raízes, e foi justamente a necessidade de lutar pelo direito de existir, que os Tapuya, ainda nos anos 2000, decidiram mostrar a todos que sua existência e sua ancestralidade são válidas de serem representadas no mundo.

Tudo começou em 2005 pela voz de quem precisou sair de personagem para se transformar em observadora e depois narradora também. A cacique da aldeia, Andrea Kariri, explicou em uma de minhas visitas à aldeia em 2024, que em 2005, seu povo recebeu a visita de Rosi Kariri, uma parente que residia lá em Cotia, em São Paulo. Foi com uma visão ampla e de quem também se intrigou com a grandiosidade do próprio espaço, que Rosi foi responsável por fazer uma conscientização do povo com apoio do seu Chico Pai Zé, o primeiro cacique (in memoriam) da aldeia. Um ano depois, em 2006, a comunidade decidiu fundar a

Associação Indígena do povo Tapuya-Kariri – ainda sem sede – mas o primeiro passo de muitos que viriam pela frente de uma luta que segue firme.

Na época, a associação teve como presidente por votação Oscar Paulino de Luna, um senhor que com seus cabelos brancos, óculos escuros e colares sagrados, segue atento até hoje e com voz ativa entre as lideranças mais experientes da comunidade. É ele também, que nos momentos trocados de partilha, foi responsável por ouvir e falar apenas quando chamado ou quando seus demais irmãos pediam a confirmação no final de suas histórias, entoando: “foi assim que aconteceu, não foi Oscar?” ou “O Oscar sabe contar melhor”. Seu Oscar confirmava e me fitava para ver se eu havia entendido. Eu, atenta, confirmava que sim, com sede de ouvir mais. Foi naquela interação, que entendi qual era o rosto da resistência.

Em 2024, ano em que a Associação completou seus 18 anos, os dados de pessoas cadastradas até junho do mesmo ano foram de 10 crianças menores de 1 ano, 89 crianças menores de 5 anos, 342 famílias e um total de 1.112 pessoas na comunidade indígena. Na atualização de maio de 2025, foram cadastradas 1080 indígenas, divididos entre 79 crianças menores de 5 anos e 329 famílias, totalizando 1.256 pessoas na comunidade. Outras 176 ainda esperam para ser aceitas na fila do cadastro. Mas nem sempre foi assim. Ainda em 2006, na criação da Associação, somente 38 pessoas se autodeclararam como pertencentes ao povo Tapuya-Kariri. O preconceito dos próprios parentes impedia que os demais se autodeclarassem. E é o que muitas vozes da aldeia enfrentam: impedimento de ser quem você é. Mas de onde será que vem essa renegação?

Entendemos como identificação, o reconhecimento de que o indivíduo é o próprio, em pessoa, em pertencimento individual ou coletivo. Nesta identificação, faz-se claro que a pessoa em questão faz parte de um ecossistema social maior do que se possa entender. No senso comum, é um discurso encantador para explicarmos como os seres humanos vivem no plural, porém, na prática, a realidade é mais dura. É onde entra a posição de receio de etnias como povos originários, de levantarem a voz com orgulho como a de Rosi Kariri e dizerem: “sou indígena”. Podemos dar a responsabilidade desse medo à hegemonia.

A hegemonia, do grego “egemonía”, significa a supremacia entre cidades, nações ou povos. É uma autoridade preponderante exercida, ou segundo o criador do termo, o pensador italiano Antonio Gramsci, a hegemonia se trata do arcabouço que permite que um grupo domine os demais grupos da sociedade pela coerção, mas também de maneira voluntária. Este poder se dá pelo capitalismo, pelas classes econômicas, a desigualdade social e pelo sistema mutável que vivemos há séculos, todavia, ainda estudado por grandes pensadores como Karl Max, Max Weber e brasileiros como Gilberto Freyre. É esta hegemonia que os portugueses exerceram sobre os indígenas em 1500, os escravocratas pelas pessoas negras no Brasil Colonial, os militares pelos cidadãos brasileiros na Ditadura Militar (1964-1985) e atualmente, a polarização midiática de políticos pelas sociedades na era da tecnologia. As classes elitistas perpetuam suas ideologias sobre um ou mais grupos sociais considerados minorias. Para os Tapuya-Kariri - que são maioria e não minoria, na voz de Neginho Tapuya - esta hegemonia também se aplica.

A sociedade não indígena, criada pela raiz histórica do racismo e da discriminação não deixa que povos como os Tapuya se identifiquem sem sofrer consequências. Se legitimar, é um aval para a contínua perseguição que estes sofrem diariamente. Em conflitos com posseiros, nas ruas por populares, e com a ascensão das mídias digitais, os ataques também se proliferam. Dados da terceira edição de 2024 do estudo Oldiversity, do Grupo Croma⁶, revelaram que 47% dos brasileiros acreditam que os indígenas enfrentam mais discriminação do que há dez anos. No entanto, apenas três em cada dez brasileiros buscam aprender sobre a cultura dos povos indígenas, enquanto 7% dos entrevistados admitiram não saber nada sobre eles. Resultados que apontam para um cenário desanimador. Já outro levantamento também feito em 2024 pelo Instituto Locomotiva e pela plataforma QuestionPro apontou que um em cada cinco brasileiros acredita em algum nível que os povos indígenas não são civilizados ou deixam de ser indígenas a partir de certas circunstâncias, esse é o lado de pessoas que não vivem na pele a discriminação, por isso, fui atrás de entender o que os Tapuya tinham para dizer.

Em largos 5 meses de visitas à aldeia, percorrendo o meu caminho de 14 quilômetros sempre que conseguia retornar de Teresina, eu pude conhecer várias histórias, e fontes, que hoje se tornaram grandes admirações para a realização desse livro. Uma dessas histórias é a de Gleici Lima, uma professora da escola e indígena da comunidade, de jeito tímido e acolhedor, que sempre se preocupava em me

⁶ O Estudo Oldiversity® é um dos estudos feitos pelo Grupo Croma, uma organização publicitária referência em pesquisas sobre diversidade e inclusão, que revela o impacto das marcas quanto à diversidade sob a perspectiva dos consumidores brasileiros.

perguntar o que eu queria conhecer ou como ela podia me ajudar. Loira, dos olhos claros e de um sorriso amigável, muitas vezes preocupada e empolgada para entender o que eu queria ali, Gleici me parava para chamar atenção sobre a sua vida, sua profissão e as discriminações que já teve que passar: “na cidade, não consegui ser registrada como indígena, mas consegui registrar a minha filha e isso já é uma vitória grande”. Ela não é a única. Juliana Mendes, também educadora e uma das líderes do grupo de jovens da aldeia, retrucou que na hora do registro o que chama a atenção dos atendentes dos órgãos é, principalmente, a aparência.

A questão é que imaginamos povos indígenas como pessoas que possuem características físicas em comum e que esse fenótipo irá servir para as mais de 305 etnias indígenas no Brasil. Esse choque de realidade é algo que a população não indígena não está disposta a compreender, e os Tapuya-Kariri ensinam que a identificação está no sangue e não no físico. No entanto, especialmente em uma hegemonia, estes povos precisam, a todo custo, legitimarem sua existência para si e depois para os outros. Foi uma surpresa ante a minha ignorância pessoal, também imaginar um cenário ilusório que os contos, os filmes e os livros de História me relatavam em figuras sobre o que caracteriza um indígena fisicamente. Afinal, em nosso imaginário, há pouquíssimas variações sobre o que é ser indígena. Costumamos pensar nas pessoas de cabelos pretos e lisos, pele dourada, olhos puxados. O corpo nu ou minimamente recoberto com acessórios feitos de penas, palha, sementes, ossos e na cabeça, um exuberante cocar. Esquecemos que vivemos em uma população marcada pela pluralidade e miscigenação, e que não é possível definir uma só forma de

ser ou parecer indígena. No censo de 2022, a maioria da população brasileira declarou-se miscigenada pela primeira vez desde 1991, ocasião em que o levantamento mencionou cinco opções de cor ou raça. Aliás, muitos de nós, brasileiros e brasileiras, somos descendentes (ainda que distantes) dos povos originários das Américas, que habitavam este território muito antes da chegada dos europeus.

Na Aldeia Gameleira há brancos, pardos, negros, cabelos em diferentes curvaturas e traços diferentes, alturas variadas. “Não parecemos indígenas, então eles não conseguem nos identificar”. Ouvi a frase de Juliana com inquietação. O parecer imposto pela sociedade não indígena, continua a perseguir a própria identificação deste povo. Em 2024, enquanto conversava com um grupo de professoras em um dos locais sagrados da aldeia, elas me contaram das visitas de escolas à comunidade, visitas essas que causavam cada vez mais desconforto e, sobretudo, raiva. Começando por crianças de escolas da zona urbana de São Benedito, que não entendiam e provavelmente não entendem a história de quem está tão perto e, ao mesmo tempo, tão longe e nem sequer sabiam onde estavam, ou professores que na famosa celebração do 19 de abril tentam a todo custo reparar as histórias contadas em sala de aula sobre a origem dos povos da natureza.

Mas a inocência desses que visitam por curiosidade e encantamento ainda podem ser lembradas sem mágoas. O que ficou marcado de verdade para os Tapuya foi a visita de professores universitários de “fora”, que ao chegarem só conseguiram demonstrar decepção. “Onde estão as ocas”, eles se questionavam. “Porque vocês não estão caracterizados?”. Parecia até que haviam comprado ingressos para ver um grande espetáculo da vida na


natureza e tudo seria como suas ilusões esperavam. Nilva Lima, trabalha na escola e é associada - como muitos costumam se identificar para mim, pois fazem parte da Associação dos Tapuya-Kariri – e me explicava com bom humor essa situação tão desconfortante, que graças a sua resiliência, hoje é motivo para achar graça. “Tentamos ser educados, mas o sangue estava subindo. Tomamos a frente e pedimos que se retirassem da nossa comunidade”.

“Eles não queriam saber da nossa história para poder fazer a pesquisa ou o trabalho, se eles quisessem conhecer de verdade, eles iriam escrever da forma como estava lá”. A famosa história do quero, mas nem tanto assim. Buscamos a realidade mesmo ou só algumas partes dela?. “Na escola da zona urbana onde meu filho estuda, abriram um momento de partilha entre os estudantes para que eles falassem sobre o que estavam sentindo, dividissem na roda, e soube que meu filho falou que sofria muito preconceito por ser indígena e se reconhecer”.

Nilva me trouxe o seu incômodo por entender que em um ambiente escolar, onde valores são construídos coletivamente, e em um século que se diz tão moderno, onde há a possibilidade de se aprender sobre o “outro”, o preconceito enraizado ainda reforça a falta de aceitação do não indígena de que povos como os Tapuya sejam reconhecidos e estejam se levantando.

“Participamos de um evento na cidade e tinham que ser feitas filas por escolas, a nossa era 3º, a escola que ficou em 4º tomou distância, não sei se era medo de pegar alguma doença ou com medo da gente sair mordendo. Só sei que eles não quiseram de forma alguma ficar perto da gente”. As falas de uma mulher indígena, mãe e ativista dos direitos de reconhecimento que a ela lhe pertencem, trazem à tona o

quanto falhamos em nossos valores sociais com quem tem que estar sempre em movimento para sobreviver, e que lutar, por mais significativo e forte que seja, também dá espaço para o cansaço. Mas Nilva, com todo orgulho e exatidão com o que me relatava suas vivências, é uma Tapuya-Kariri, e faz jus ao nome de seu povo ao não baixar a cabeça para o que a sociedade não indígena tenta, com sua ignorância, apagar.



***“Esse preconceito não vai acabar,
não querem que a gente se levante,
se a gente não souber se defender,
acabamos por aqui mesmo.”***

- Nilva Lima, mulher Tapuya-Kariri



II

Troncos, encantados e o poder da espiritualidade

No território indígena, o silêncio é sabedoria milenar. Aprendemos com os mais velhos a ouvir, mais que falar. - Márcia Wayna Kambeba (Povo Omágua/Kambeba)

Para os povos Yanomamis do norte da floresta amazônica, o canto surgiu a partir de uma árvore sagrada. Para os Tapuya-Kariri, os cantos são formas de expressar luta e conexão com os antepassados. Esses cânticos indígenas estão diretamente ligados com a dimensão espiritual dessas comunidades. O toré é uma dessas expressões de conectividade. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os povos indígenas, pois envolve tradição, música, religiosidade e brincadeiras. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de maracás, zabumbas e chocalhos, dependendo do povo que está entoando.

No dia 14 junho de 2024, data em que pisei meus pés pela primeira vez na escola indígena Francisco Gonçalves de Sousa, a rotina escolar acontecia normalmente, o relógio marcava quase 14h e crianças e adolescentes chegavam, corriam, davam risadas, se entreolhavam e viviam a distração antes que o sinal tocasse, mas algo ainda maior do que essa interação cheia de vida me chamou atenção: quando os professores e os alunos se encontraram no centro

da escola, em uma espécie de coreto, local onde identifiquei como o coração daquele canto. Formaram um grande círculo e receberam uma sinalização de que podiam entoar, o até então desconhecido para mim, toré. Nunca havia visto momento de concentração tão simbólico antes de uma aula começar, e ali entendi sobre as diferentes interpretações sobre o que é cultura.

Errados são aqueles que, segundo o sociólogo brasileiro Roberto Damatta, entendem como cultura somente o que está dentro do museu, o que está sendo cantado no palco, ou a dança interpretada no salão. Naquele momento, em que havia a presença de quem dançava e cantava uma música sobre os seus antepassados e de alguém acostumada com uma realidade diferente, houve, da minha parte, uma grande noção de que cultura é mais plural do que a gente imagina. Quando voltei minha atenção ao que estava vendo e ouvindo, dei-me conta dos detalhes importantes, a comunidade dançava ao redor da Jurema, uma planta sagrada e nativa do Brasil, usada em muitas culturas e religiões para simbolizar espiritualidade, força e conexão. Nas letras das canções entoadas no toré, os alunos citavam o nome de seu povo, a força da mãe terra e assim, podiam se reconectar com o que nunca morreu: sua ancestralidade.

A espiritualidade na aldeia da Gameleira é um assunto de tamanha sensibilidade que reforça cada vez mais o compromisso desses povos originários com o que há de mais importante a ser preservado na terra: a vida. E essa vida vem do verde, do solo fértil, dos troncos que um dia já foram escudo de proteção de famílias e dos cantos entoados no toré. Fui convidada por Neginho a visitar um local sagrado para os Tapuya-Kariri, uma das mais de 30 cafurnas ou buracos espalhados pela comunidade. Embarcamos em

motocicletas, em uma manhã nublada que apenas começava, e fomos mata a fora em busca desses terrenos sagrados. Eu, que pouco sabia o que me esperava, observava aquela natureza verde, marcada em vários pontos com cercas de arame que não deixam ninguém esquecer de que ali há um conflito e uma luta também. Chegamos em um espaço mais abaixo do chão, de vegetação variada, muitas borboletas e uma construção firme semelhante a uma caverna.

Questionei a existência daquele espaço, imaginando que no passado, fossem locais onde antepassados iam para realizar ritos ou encontros, até Neguinho me explicar que o óbvio não é sempre o que parece. “No tempo da colonização, aqui eram os lugares onde os nossos troncos (mais velhos) acharam melhor pra vim se refugiar. Como eles não queriam sair de dentro da aldeia, eles acharam melhor procurar as matas e criar suas famílias. Aqui, pra resistência desses antepassados, existiam frutas, caça e água para eles matarem a sede.” A mais ou menos meio quilômetro de onde estávamos, há uma estrada que corta o município de Carnaubal para a Faveira, um dos sítios que se localizam ao redor da Aldeia. Dessa estrada para o começo da Carnaúba II, encontra-se a área indígena. Antigamente, toda essa região era utilizada como local de caça, moradia e trabalhos de artesanato, assim me explicou Neguinho, trazendo de volta as histórias de seus ancestrais contadas por seus pais. “Nossos tataravôs, os avós dos nossos tataravôs e os que vieram antes, viviam disso para a sobrevivência. Por isso, temos aqui como um sítio arqueológico, um terreiro sagrado, porque muito deles quando partiram dessa vida para outra, deixaram aqui seus corpos, deixaram seu suor, seu sangue”.



Estrada asfaltada da Aldeia Gameleira atualmente. Ana Ilza Medeiros, 2025.




Caminho de estrada que leva até a **escola Francisco Gonçalves de Sousa**. Ana Ilza Medeiros, 2025.

Neguinho justifica até que a ida de seus antepassados a esses buracos sagrados contribuiu para a diminuição da violência e extermínio do seu povo na época da colonização, já que, escondidos dentro das matas e dentro dos buracos, seria difícil para os homens brancos encontrá-los. “Com o tempo, e depois que os conflitos foram diminuindo, essas famílias foram voltando aos poucos para as suas casinhas de palha, barro e madeira, as casas que eles haviam deixado para se esconder. Meu pai até dizia para mim, que essa foi a nossa primeira aldeia”. Os Tapuya, originalmente, não eram povos específicos.

Na época do Brasil Colonial, entre 1500 a 1822, o nome, de origem tupi era usado para se referir a todos os povos indígenas que não falavam a antiga língua tupi. Após desembarcarem no litoral do que é hoje o Brasil, os portugueses encontraram grupos que falavam línguas que pertenciam aos dois principais ramos linguísticos da América do Sul: Tupi e Macro-Jê, sendo o último a língua de povos Tapuia. Esses povos se espalharam pelo Nordeste do Brasil, especificamente na serra da Ibiapaba. Foi após a vinda de outro povo indígena a Aldeia Gameleira, os Cariri vindos do sul do Ceará (vários grupos locais ou etnias foram ou são referidos como pertencentes a esse povo), que as duas heranças se juntaram, formando o povo Tapuya-Kariri. “Uma Tapuia se casou com um Cariri, que era o meu tataravô, se uniram e deram continuidade a nossa história. ” Quando pensamos na força dessa história, não imaginamos ao pé da letra qual é a sensação de estar em um local que um dia foi a casa de muitas famílias. A sensação de pisar naquela mata verde é a mesma de você estar sentindo na alma algo que nunca viveu.

Sentamos todos ao redor de Neguinho, eu e um grupo de 10 mulheres, entre adolescentes e adultas da comunidade, e prestávamos atenção naquele cenário, elas orgulhosas de terem correndo no sangue a força de quem resistiu para existir, e eu, lisonjeada por ter sido convidada, como uma não indígena, a sentir toda aquela emoção. Me permiti chorar. Chuviscava, lembro que caíam um sereno fino e folhas de árvores que cobriam o céu. Tudo balançava numa mesma sintonia. Se eu não entendia a grandiosidade da espiritualidade, ali senti um pouquinho do que é ser da terra e reconhecer a natureza como viva.

Neguinho continuava nos contando histórias, mostrando a importância de levar ao mundo o que os Tapuya têm para contar. “A vida era cheia de obstáculos, apesar de terem o que comer e beber, tudo pela natureza, eles não tinham um apoio, assim como outros povos, eles nem sequer podiam dizer quem eram “índios”. Era muito arriscado e fácil de acontecer coisas erradas de morte e eles não queriam que isso acontecesse, porque eles queriam deixar nós como folhas, como galhos, para contar a história”. No final da visita, as meninas disseram que iriam puxar um toré para fechar aquele momento tão especial. Sentei de frente para elas, que se reuniam em um círculo enquanto esperavam Neguinho anunciar com seu chocalho que suas vozes agora iam se fundir com as vozes de seus antepassados.



“Tava lá no rio, tava pegando pitú, quando de repente eu vi o cantar de Apurú. Subi a serra a procura de caçar aonde ele está, só pra ver se a mata tá virgem pro meu povo descansar. ”

“Quem quiser conhecer nossa força, tem que dançar o toré, quem tá chegando agora é os caboquinho de pena, chegou, chegou, chegou trazendo a força da Jurema. ”

“Bem que eu não queria vim, porque mandaram me chamar, os Tapuya-Kariri, dançam aqui, dançam acolá. Ô Tapuya-Kariri, chama ele que ele vem, para dançar o toré, chama ele que ele vem.”

O toré é também uma herança. São histórias contadas em trechos cantados que representam o que o povo Tapuya-Kariri foi e continuará sendo. É nele, que os mais vividos como Neguinho deixam marcado nas gerações mais jovens a importância de cuidar de uma cultura tão grandiosa, mas ainda assim, tão renegada. Eles entoavam o toré, na cafurna sagrada, no meio das terras da Aldeia Gameleira e eu recebia aquele canto como um presente.



Grupo de jovens, professoras e o vice cacique Neguinho em uma das **36 cafurnas espalhadas** pela Aldeia Gameleira. Ana Ilza Medeiros, 2024.



Momento do **Toré**. Ana Ilza Medeiros, 2024.

A biologia retrata, que no tronco de uma árvore há anéis que contam a biografia da sua vida. Na Aldeia, essas histórias estão marcadas nas mãos daqueles que ajudaram o solo ficar fértil, as árvores crescerem e as flores brotarem, os chamados troncos velhos. O nome faz jus à resistência das árvores, que sobrevivem ao frio, ao calor, e ainda assim, trazem em si a sensibilidade e a imensidão que é ser natureza. Os troncos velhos da Aldeia são os anciãos, os mais experientes, as primeiras lideranças, posso assim dizer. Lembro bem do dia em que entendi de verdade o que significava esse respeito e o significado da definição troncos.

Eu chegava pela primeira vez na Aldeia, após meses em ligação e mensagens trocadas pelo celular com Andrea, a cacique dos Tapuya-Kariri. Na época fiz uma viagem curta da zona urbana para a zona rural e cheguei até a escola da comunidade envergonhada, com um caderno de campo e olhos atentos ao que eu não imaginava que estava por vir.

Havíamos marcado o encontro para as 14 horas, nós íamos conversar e ela ia me conhecer melhor. Até a cacique me alertar: “Começamos já, vamos só esperar as lideranças chegarem”. Assenti. Quando vi chegarem pouco a pouco homens e mulheres de cabelos brancos, colares de pena e alguns guarda-chuvas apoiados nos braços. Eles não sabiam quem eu era, nem o que eu estava fazendo lá, mas me abraçavam, cumprimentavam, perguntavam o que eu achava do tempo, se estava sol ou frio demais e, foi ali que o meu medo de despertencer foi embora. Sentamos-nos em uma roda, éramos eu, a cacique Andrea e mais ou menos umas 10 pessoas entre lideranças e professores.

Dona Raimunda, uma das vozes mais experientes da sala, me dizia com seu vestido florido, colares religiosos e um pano cobrindo os cabelos brancos “que os conflitos

nunca acabaram”, e que lembrava das épocas antigas quando ela tinha garra para ir bater de frente na luta contra posseiros, “a gente passava a noite, sem dormir, de prontidão, lá bater tambor a noite esperando eles vim”. E sorria. Entre burburinhos e lembranças sobre a história dos Tapuya, dona Raimunda soltava uma gargalhada sincera lembrando que “se precisasse ir lutar hoje em dia, ia sem pensar”.


Foram mais de duas horas tentando nos conectar e entender o que eu estava fazendo ali. Eu escutava, questionava quando achava necessário e aprendia com o que eu não conhecia antes. Foi quando Neguinho se colocou à frente para explicar sobre o que a comunidade queria expressar para quem não era indígena; que a sua história merecia ser ouvida, principalmente para quem estava tão perto (em São Benedito) e ainda assim tão distante. “Hoje tá tão diferente como era antes, ainda tem luta, mas nos anos passados era muita perseguição, era muita violência, a gente lutou muito pra deixar pra essa nova geração uma vida melhor e pra que eles sigam lutando também”.

Enquanto conversávamos, dona Jacinta, dona Francinete, seu Oscar, dona Coti (esposa do ex-pajé), dona Francisca (mãe da cacique) e os demais, levantavam a mão e entoavam com força acompanhando uns aos outros: “no que precisar ajudar pra contar nossa história, tô dentro”, “conte comigo”, “quando precisar que eu fale, eu falo”. A partir dali, fui aos poucos procurando conhecer pessoa por pessoa, tronco por tronco e entender de onde vinha tanta força.

Hoje, os troncos velhos Tapuya-Kariri fazem um papel que ultrapassa a liderança dentro da comunidade, eles são os pilares de ensino para as crianças e jovens, a

representatividade da mulher indígena para as novas lideranças à frente dos movimentos, o acervo vivo de um povo que precisou vir do Crato para a serra da Ibiapaba se esconder em buracos para sobreviver. E são eles também, os maiores contadores de histórias. Um dia, após nosso encontro, fui convidada por dona Jacinta a ir à casa de dona Tonha e juntas sentarmos na varanda de sua casa.


Enquanto o sol esquentava, e o que nos cercava era uma vegetação verde e ampla, toda conquistada pelos anos de luta da agricultura familiar de Dona Tonha e seu esposo, elas me contavam como eram os ritos fúnebres, “a gente cantava a noite toda, até o outro dia, enquanto a família velava o corpo”. “Quando morria alguém, nós banhava, botava umas telhas de palha de palmeira no chão, vestia a pessoa e botava 4 vela, lamparina na verdade, e ali nós rezava, quando era bem cedo que levava o defunto numa rede”. A senhora de 72 anos ainda explicou que as pessoas costumavam ter medo das rezas cantadas por ela e outras mulheres, achando que iriam lembrar do defunto e serem atormentadas.




“De segunda a terça-feira, Maria chorava tanto. Na igreja do Horto, para o Juazeiro, pedindo a Deus e ao meu padrin Ciço que abençoe os romeiros dele.

Na quarta-feira Maria chorava tanto. Na igreja do Horto, para o Juazeiro, pedindo a Deus e ao meu padrin Ciço que abençoe os romeiros dele.

Na quinta-feira Maria chorava tanto. Na igreja do Horto, para o Juazeiro, pedindo a Deus e ao meu padrin Ciço que abençoe os romeiros dele.






Na sexta-feira, Maria chorava tanto. Na igreja do Horto, para o Juazeiro, pedindo a Deus e ao meu padrin Ciço que abençoe os romeiros dele.

No sábado à tarde, Maria chorava tanto. Na igreja do Horto, para o Juazeiro, pedindo a Deus e ao meu padrin Ciço que abençoe os romeiros dele.

No domingo de Páscoa Maria chorava tanto. Na igreja do Horto, para o Juazeiro, pedindo a Deus e ao meu padrin Ciço que abençoe os romeiros dele. ”



A canção, entoando cada dia da semana, marca uma das rezas cantadas nos velórios para representar a dor e o sofrimento da família a cada dia que passa. A letra faz jus a Nossa Senhora chorando pelo filho, morto numa cruz. A canção também mostra a fé depositada pelos troncos velhos na religião, em específico, no catolicismo. Mas dona Tonha também citou uma lembrança, que aos moradores da zona urbana de São Benedito, parece ainda muito familiar: os chapéus de palha. Sua lembrança me fez reviver as minhas próprias, de quando eu ia ao calçadão da cidade, mais conhecido como espaço do povo, e via aqueles chapéus de vários tamanhos espalhados pela rua.

Lembrei também das poucas vezes em que presenciei minha avó, Maria Lindalva, hoje com seus 83 anos e sem força nas mãos para trabalhos manuais, tecer na varanda de casa chapéus com palhas longas e que tinham um cheiro muito específico. Eu achava a arte linda, na época, minha avó tecia por reviver a memória, mas na infância, produzia chapéus para vender e comprar sua vestimenta.

Dona Tonha me disse que aprendeu a produzir para conseguir dinheiro. “Minha mãe me colocou pra aprender a fazer chapéu, aprendi com a tia Gonçala, pra gente vender na feira, aí às 3 horas da manhã a gente ia acompanhando os carreiros (carro de boi) a pé até São Benedito, pra vender”. No conhecido calçadão de São Benedito, que hoje ainda é espaço para a venda de artesanato, frutas e verduras frescas na estátua de Raimundo Farias Brito, conhecido escritor e filósofo brasileiro nascido na cidade da fé, juntavam-se em uma roda grupos de pessoas que vinham do sítio Carnaúba e da Lapa (uma das regiões próximas de quem está subindo a Serra da Ibiapaba) para vender os chapéus. “Com o dinheiro eu comprava um pedacinho de

sabão, uma caixa de fósforo, um litro de sal, feijão e uns “móizinhos” de *pilombeta*⁷. Naqueles tempos, meu Deus, era tudo diferente”.

Dona Jacinta completou com o que ela também conseguia levar para casa após as vendas, “já eu comprava 2 rapaduras, 1 litro de café, 1 garrafinha de querosene pra minha mãe colocar num pauzinho onde eu trazia pendurado nos ombros”. No período de pandemia, as senhoras ainda costumavam se reunir para produzir chapéus e artesanatos. Além do acessório que já foi fonte de renda para muitas famílias, a aldeia se destaca também pela produção de urucum, um fruto vermelho nativo da América Tropical muito usado por povos indígenas como tinta em suas pinturas, além de ser usado para fazer tempero culinário. Foi pelo urucum que conheci dona Raimunda.

Pesquisando sobre os Tapuya, encontrei no YouTube, no ano de 2023, um canal chamado Universos Kariri⁸, o que realmente foi um universo de parte da vida daqueles povos que muitas pessoas ainda não haviam tido a experiência de conhecer. Entre os vídeos, apareceu dona Raimunda, ensinando em 2021 o passo a passo de como fazer o urucum, desde a retirada da planta na árvore do seu quintal até o momento de moer no pilão e ficar um pozinho fino avermelhado, até a parte final, de encher os potes para venda. A produção toda era manual, e a força daquela senhora, que hoje já possui quase 90 anos, impressionava

⁷ A Palombeta, assim escrito, é um tipo de peixe de água doce que pertence à família dos ciclídeos, muito apreciado na culinária brasileira, especialmente em regiões onde a pesca é uma atividade comum.

⁸ Canal Universos Kariri. Criado em 15 de março de 2021 pelo povo Tapuya-Kariri, para compartilhar sua cultura e projetos. Disponível em <https://youtube.com/@universoskariri?si=Pz2Lv5LSZ2AqAoSQ>

curiosos no canal do vídeo pela precisão dos passos. Ao ser questionada com quem ela aprendeu a fazer tamanho trabalho, a mesma respondeu “da minha cabeça, ninguém me ensinou, vendia colheres, vendia latas, até o pilão eu fiz, comprei o pau e foi dois dias pra eu terminar”.

Além dos chapéus, e o urucum, os troncos velhos da aldeia, em específico as mulheres mais sábias e experientes, também são conhecidas pelo conhecimento das ervas, contribuindo para a medicina tradicional dos Tapuya-Kariri. É o caso de dona Francisca, mãe da cacique da aldeia, e curandeira das gripes e enfermidades do local. Francisca se define como a “feiteira de mel”, e ensina aos demais como fazer o uso do que a terra oferece para curar. Em um de seus ensinamentos, a curandeira deu o passo a passo de como fazer um mel para aumentar a imunidade e dar saúde novamente ao enfermo. “Misturo o mangará de banana⁹, que serve para tirar o catarro do peito, tem a raiz de carrapicho de boiadeiro e de agulha. A malva, que serve para gripe e inflamação dos pulmão. A cana do brejo é pra dor, nas pernas e no corpo da pessoa. A casca da imburana de cheiro e o jatobá, eles que são o legítimo para tirar o bronquite do peito das criancinha e dos velhinhos”.

Numa mistura manual, levada à panela para cozimento em fogão à lenha, dona Francisca tinha em mãos a “bebida milagrosa”. O mais natural e doce remédio que quem já experimentou na aldeia sentiu a força dos pulmões retornando. A cidade de São Benedito, por estar alojada em

⁹ A flor de banana, também conhecida como mangará, coração de bananeira ou umbigo de bananeira, é um alimento altamente nutritivo, embora ainda pouco conhecido. Essa Planta Alimentícia Não-Convencional (PANC) é um pendão roxo comestível que fica na ponta do cacho de banana.


um planalto de baixas temperaturas, costuma trazer junto a chamada “frieza”, os resfriados e os problemas respiratórios. Até mesmo para quem já é acostumado, encarar a natureza fria no dia a dia, já é um sinal de que o mel de dona Francisca vai cair bem para a imunidade. Todo esse conhecimento não passa em vão na comunidade.

A presença dos troncos velhos Tapuya-Kariri é primordial para mostrar aos povos não indígenas que a resistência tem rosto, memória, cabelos brancos e uma voz que tem muito o que contar. Essa voz, em sua maioria, é expressada por elas pelo canto. Uma das maiores formas de eternizar o que é simbólico. No período da pandemia, entre 2020 e 2021, a comunidade começou a postar nas redes sociais encontros dessas sábias vozes para entoar a herança cultural enquanto teciam chapéus, reunidas de máscaras e com distanciamento, nas salas da escola da comunidade, único momento em que, por conta das regras de lockdown, as senhoras podiam se reunir e viver um pouco do que ainda havia de luz no meio de tanta escuridão.

Foi nesse momento, que a Associação decidiu criar um novo projeto que incluísse essas senhoras e suas vozes. Assim, foi criado o Romeiras Kariri. O grupo, que varia entre 5 a 8 mulheres, tem como objetivo levar aos outros povos indígenas, e até mesmo aos que não são, a cultura dos Tapuya-Kariri, através de vozes experientes e que de luta muitos sabem. Os troncos são o próprio acervo vivo da comunidade, são eles que sabem de cor e salteado o que cantavam suas mães, irmãs e avós. Com uma religiosidade grande, principalmente em devoção ao Padre Cícero, padroeiro do Ceará, nascido no Crato, berço de onde vieram os primeiros povos Tapuya-Kariri, essas senhoras expressam nas letras a importância da fé, do amor, e dos

bons valores que tanto o padre, conhecido por defender a natureza e preservar a terra, pregava.

Para compreender melhor a imensidão das histórias contadas nas músicas, trago entre tantas algumas entoadas pelas Romeiras Kariri. Músicas que representam a mescla de fé e cultura das Tapuya.





“Boa noite, meus senhores, meus senhores e senhoras, ê, as “índias” vão chegando, e licença eu quero agora. Somos guerreiros, bem varonil, pra defender o nosso Brasil.

Sou a Tapuya-Kariri”, comandante do Brasil. Eu sou a tapuya mais bonita, em defesa do Brasil”.

“Andando eu pela rua, vendendo meus camarão, a moça na janela, fez psiu com a mão. Ô nego velho, preto velho bonitinho, quanto é teus camarão? É réis, senhora dona, cada tigre é um tostão. É réis, senhora dona, cada tigre é um tostão. ”

“Uma estrela matutina que alumeia àquela luz, mas é a luz que mais alumeia, é o nome de Jesus, mas é a luz que mais me benzo com a luz, mas é a luz que mais alumeia, é o nome de Jesus. Quando eu vou pra outro mundo eu me benzo com a luz, mas é a luz que mais alumeia, é o nome de Jesus. ”






*“Subindo o monte sozinha, sei ter nenhuma
companheira, não vejo ninguém nos montes,
nem borboletas ligeiras. To presa, to presa, eu
me sinto presa e tu sendo pastor. Se Jesus
soubesse que eu estava na prisão, mandava um
anjo desatar os laços da mão.*

*Foi cravo, foi rosa, foi flor de bugarin, foi um
lindo anjo que no céu desceu aqui”.*

*“Ô de casa, ô de fora, o inferno estremeceu, vim
aqui buscar essa alma, quem mandou foi a mãe
de Deus.*

*Vai de alma Bernabé, coberta de brasa livre.
Com que santo te apegais, que do inferno saiu”.*



As Romeiras impressionam não só pelo seu cantar e pela fé e espiritualidade depositadas nas letras. Suas apresentações se dão em eventos mensais realizados por povos indígenas de cidades vizinhas, nas visitas de lideranças políticas à Aldeia Gameleira, e em mobilizações por todo o estado do Ceará, quando o povo Tapuya-Kariri se faz presente. Das mais de 1.000 pessoas da comunidade, pelo menos metade é católica. Como vemos nas letras cantadas pelas Romeiras, a fé centralizada em Jesus Cristo e Nossa Senhora mostra, sem preceitos, o culto à religião Católica.

O fato é que estamos acostumados com a história da catequização dos jesuítas, das missões de ensino à língua portuguesa para a leitura da Bíblia, do artesanato, dos hábitos “civilizados”. Da “adoção” de crenças distintas que o povo que residia no Pindorama precisou fazer. Apesar de ter crescido na igreja católica, sempre me ressenti com o fato da invasão portuguesa pouco ter deixado algum resquício do que os povos indígenas mantinham como cultura, inclusive a religião. Até entender que, apesar da quantidade de povos que continuam lutando por escolher em que crer e porquê, muitos seguem com orgulho os dogmas da igreja, da crença em um ser divino e celestial, e que isso faz parte de suas histórias. Mas, fui mais afundo sobre o que é religião, sobre a diversidade, e sobre as infinitas possibilidades da crença.

Foi quando descobri o que era mais importante para os Tapuya do que um rótulo de pertencer ou não pertencer à uma instituição religiosa. Certa vez, ao questionar Neginho sobre o catolicismo das Romeiras e da Jurema no centro da escola, um símbolo afro-indígena, o vice cacique me respondeu que Deus na Aldeia era um só, e não importava a pregação. Entendi, mas ainda assim questionei novamente

sobre a comemoração do dia de São Cosme e Damião, os umbandistas da aldeia, e como essa mescla acontecia de forma tão natural e respeitosa. Mas era um pouco mais além do que eu estava compreendendo. “É porque o importante é a fé, não é só a religiosidade. Aqui pra todo mundo Deus é um só, ele vai ser respeitado e cultuado igual a natureza, porque ele tá lá também”.



Dona Jacinta (esquerda) e Dona Tonha (direita), duas **Troncos Velhos da Aldeia**. Ana Ilza Medeiros, 2024.



Romeiras Kariri em gravação de coletânea de cânticos tradicionais em Fortaleza. Arquivo Tapuya-Kariri, 2021. 51

Neste dia em que encontrei Neguinho para lhe perguntar sobre a fé na aldeia, ele me falou sobre a distorção que o homem fez ao longo dos anos, tentando institucionalizar Deus, um ser grandioso e divino, tentando ter o controle das terras, dos minerais, dos seres, e até do que não era carnal. Ele me contava que séculos atrás, em uma cultura diferente, existia uma comunidade bem pequena. Lá, havia um homem que era a autoridade, e ele colocou uma regra sobre o seu povo: não pode cultuar nenhum outro Deus que não seja esse. O homem não falava do Messias que outras comunidades cultuavam, ele falava de uma ovelha revestida de ouro, posicionada na parte central da cidade, para que todos pudessem ver. Quem não cultuasse esse deus, levaria uma punição.

Mas no meio de tanta gente, um bravo senhor decidiu enfrentar o seu medo, ele não aguentava mais mentir, já que o seu coração pertencia apenas ao Deus criador de toda a nação, e não à um objeto inanimado. O homem chegou então ao senhor e lhe disse que aquela ovelha dourada não obrava milagres, e isso porque ele não poderia tentar impor poder em algo que ele, um mero humano mortal, não tinha controle.

O senhor, com toda a sua raiva e vergonha propôs uma aposta: os dois iriam pedir aos seus respectivos deuses que chovesse na comunidade, o homem o qual não fosse atendido, teria que se jogar do prédio mais alto da cidade. Então assim fizeram, em frente a toda comunidade, o senhor, em desespero, louvava à estátua da ovelha de ouro, que nenhuma reação causava. Na vez do homem, que de joelho rezava, caiu sobre a terra uma grandiosa chuva. No final, o senhor teve que pagar sua própria aposta e jogar-se do prédio mais alto. Então entendi. “A fé não é no que

tentamos criar a todo custo, por dinheiro, poder e posse, a fé é o que já existe”. Neguinho tentava justificar que a distorção e falta de compreensão da minha parte, era tentar impor que aos povos indígenas deve haver um rótulo. Logo eles, que já foram estereotipados ao longo dos anos.

Foi quando lembrei, o que nunca sai da mente, que a natureza, a mãe terra, são pilares para os povos indígenas, e obviamente para os Tapuya-Kariri. Se é da mãe terra que se tira o sustento, a palha para o chapéu, a malva para o chá, o capim para alimentar os bois e a jurema para se conectar aos antepassados, então Deus, acima de toda instituição, também está lá. E por isso, a proteção sobre essa fertilidade segue firme. A cultura dos povos Yanomamis por exemplo, conta que, quando ainda não existiam rios, nem civilização, o mundo surgiu com dois irmãos. Ao passar do tempo, um foi se mostrando ser do bem, Omama, e o outro, do mal, Yoasi. Após Yoasi violentar a única mulher da Terra, nascida na água, Omama expulsou o irmão para terras longínquas, para que sua maldade não interferisse na fertilidade e vida da sua terra.

“Você trouxe doença para essa terra”, diz o conto narrado por Davi Kopenawa. Na outra margem do grande rio para onde foi expulso, Yoasi criou a morte. A morte dormia deitada na árvore Potoporisiki. “O espírito do tucano chorava nesta árvore, por isso choramos quando alguém morre. Omama então, enterrou todos os espíritos maléficos e a fumaça das doenças embaixo da terra com o minério. Por isso, não devemos tirar o minério debaixo da terra”, conta Davi no documentário de 2021 intitulado ‘A última floresta’.

No norte do Brasil, onde residem povos como os Yanomamis, a extração e garimpo ilegais em seus territórios são um problema que afeta crianças e adultos com gripes,

malária, desnutrição, estupros, mortes e a destruição do Meio Ambiente. De acordo com um relatório divulgado pela Secretaria de Saúde Indígenas (Sesai), ligada ao Ministério Público, o ano de 2023 registrou um aumento de 50% no número de mortes de povos Yanomamis. Números que aumentam pela sede de poder e posse dos brancos não indígenas que não entendem a importância da natureza para essas comunidades, que não compreendem a espiritualidade e crenças depositadas em uma terra fértil, que alimenta e protege.

O caso dos povos Yanomamis não é só mais um, e o seu povo tenta explicar através de suas histórias, que o minério desperta apenas o mal. É aqui que essa história se encontra com a da ovelha revestida de ouro contada por Neguinho.

É aqui também que se colide com a necessidade de povos indígenas terem que sempre justificar suas crenças, e como isso, ao ser desrespeitado, muda o rumo de toda uma geração. O vice cacique me falava sobre a necessidade do homem de controlar o incontrolável: a vida. Não é à toa que a história dos povos originários gira em torno de proteger o que tanto a ganância tenta transformar em arranha-céus. Para esses homens, o céu não é o limite, e é preciso se contar um conto antigo para se entender que espiritualidade é algo que nasce, que Deus é um ser que já estava antes de todos e que se nós, humanos mortais e falhos, “não aprendermos a pisar suavemente na Terra, o céu irá cair sobre a nossa cabeça”, como diz Ailton Krenak. Não é mesmo só sobre religião, ou sobre o catolicismo, é sobre algo cultural e abstrato que nós não indígenas nem sempre conseguimos entender.

III

Gameleira: as raízes que formam uma aldeia

A ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo. – Sônia Guajajara (Povo Guajajara)

“Vem cá irmã”. “O irmão já veio me ajudar aqui na escola”. “Ohh irmã, quer tomar um café? ”. Sentada no coreto protegido pela Jurema, onde por muitos dias observava atenta a vida passar pelos meus olhos enquanto esperava me chamarem, eu pensava no quanto o ritmo do dia a dia se torna tão curioso para quem não está acostumado aquela realidade. Decidi então me envolver nas relações que por mim passavam naqueles dias escolares onde, para os Tapuya-Kariri era mais um dia normal de trabalho. A ‘parentalidade’ da forma de tratamento que citei é um dos pontos mais importantes da identidade dos Tapuya. Essa relação de coletividade, da união fazer a força e de um por todos e todos por um, nunca fez tanto sentido.

Na Aldeia Gameleira, é comum que muitas famílias compartilhem o mesmo sobrenome, sejam irmãos, primos, tios, até porque, todos dividem o mesmo sangue que corre na veia, o sangue de gerações que chegaram ao sítio Carnaúba II para tornarem suas terras produtivas e sobreviverem. É uma grande família. A aldeia é uma comunidade. Comunidade vem do que há em comum, de

um agrupamento de pessoas que vivem na mesma área geográfica, unidas por interesses comuns, valores, cultura e história. Dentro desse agrupamento, existem também divisões, e isso explica sua organização em relação ao que há dentro e fora da aldeia.

Por exemplo, os Tapuya-Kariri possuem uma escola, uma Associação, um grupo de jovens, um grupo de mulheres. São esses grupos os responsáveis por instruírem as novas gerações a conhecerem suas raízes, aprenderem sobre as lutas e compartilhar os desafios e conquistas. O grupo de jovens, por exemplo, foi criado no ano de 2017, e desde então vem tentando fazer, além de uma mobilização social, atividades com a juventude para a formação cultural dos mesmos. O grupo é uma preparação para que no futuro, os jovens carreguem a história dos Tapuya-Kariri pelo mundo. Juliana, professora, neta de pajé e uma das líderes do grupo, me dizia que a existência dele não seria possível sem os mais velhos e que ainda há dificuldades em prender a atenção da nova geração.

“Desde o início das nossas lutas, sempre teve a presença da juventude, o Luiz Marcos (atual líder da Associação) por exemplo, é um dos principais porque começou desde pequeno. Mas em 2017, recebemos da cidade de Tianguá um grupo de jovens, e a partir dali resolvemos nos organizar. Só que é complicado, porque juventude, adolescentes, não querem muito estar centrados ali, eles querem mais a brincadeira, as atividades externas. Mas a gente vem tentando, faz um encontro, depois desanima. No ano de 2024 foi que começamos a pegar mais no pé deles para seguir com o grupo”. Neste dia, nos reunimos na sala de informática da

escola, eu, e um grupo de 10 pessoas. No entanto, o mais curioso era, que todas aquelas pessoas presentes na sala, além de integrantes do grupo de jovens, eram funcionários e professores da escola.

O ponto é, que eles tentam, principalmente com a iniciativa, guiar os estudantes para a participação ativa no grupo, e explicar isso para uma nova geração que ainda sofre pressão social com a ascensão das mídias, é mais difícil do que pensamos. “Tentamos fazer de forma dinâmica e mensal, realizando rodas de conversas, filmes sobre a luta indígena, momento de espiritualidade e vamos fazendo isso para que eles tenham o interesse e o orgulho de abraçarem suas lutas também”.

Uma das preocupações de Juliana é, além de inserir a juventude nas mobilizações sociais, ter quem conte a história dos Tapuya no futuro. “O intuito é fazer com que eles se dediquem ao movimento, porque hoje nós temos o Neginho, a cacique Andrea, mas futuramente, quem é que vai assumir? Queremos trazer esses jovens pra gente, pra que eles se tornem futuras lideranças, representem o nosso povo e saibam se defender lá fora”. Passar à frente, ensinar a resistir. É um discurso, que para povos que são maioria, mas vistos como uma minoria social perante a sociedade é repetido de geração em geração.

Queremos acreditar que há de existir um futuro com mais liberdade, mais respeito, e que povos de todas as raças e etnias vivam sem perseguição, mas sabemos também que o homem não indígena cultiva, infelizmente, o ódio em uma terra fértil, muitas vezes tomada à força. “Puxar” esses jovens para a mobilização indígena, é mais um trabalho que requer compromisso e suor, é uma nova

organização que com o passar dos anos, pretende fazer com que a luta seja feita com menos sangue derramado e mais vidas ascendendo.

Na aldeia, a escola cumpre diariamente não só o seu papel de ensino básico e fundamental, nela os alunos são preparados para serem profissionais, e acima de tudo, ativistas pelos direitos do seu povo e dos muitos indígenas do Brasil. Por isso, os professores e também líderes do grupo de jovens, tentam a cada dia servir como um exemplo.

Jonathan Silva, é professor, líder cultural e me explicava que mostrar essa transição, tardia posso dizer, de pessoas indígenas ocupando mais espaços, como a sala de aula e o ensino superior, já serve como um incentivo para a nova geração entender que hoje há um leque de possibilidades para eles dentro e fora da aldeia também. “Nós somos um exemplo pra eles. Porque a maioria de nós antigamente, quando a luta indígena ainda não tinha avançado como hoje, teve que trabalhar no sol, na lavoura, plantando batata, na agricultura. Hoje é diferente, estou conquistando meu sonho, cursando Educação Física, era um sonho que eu tinha e não imaginava que estaria realizando, e ainda estou trabalhando dentro da minha aldeia. Isso é um exemplo”.

Para quem viveu na pele a chegada tardia e ainda discriminatória do acesso ao ensino superior, a academia e a um novo espaço educacional, mostrar para os estudantes o grau de importância que é estar cursando o ensino fundamental e médio, é uma luz para que eles continuem lutando para realizar seus sonhos e usufruam dos seus direitos a educação.

“Eles têm que entender que a luta indígena leva a gente a realizar sonhos, que quanto mais lutamos para conquistar, apesar das dificuldades, conseguimos chegar muito longe, e isso é uma motivação”. Discutindo em nossa roda de conversa, os professores citavam também a preocupação com a vivência desses jovens fora da aldeia. Quando saímos da escola, daquele âmbito coletivo, de dependência e orientação direta de professores e colegas, nos deparamos com o mercado, a concorrência, a desigualdade salarial e uma esfera de dificuldades que nunca estamos preparados para enfrentar. A preocupação está principalmente em explicar que no futuro, não haverá vagas de emprego o suficiente para todos na aldeia, e esses jovens precisarão ir ao mundo, concorrer com outras pessoas, e ocupar vagas que são deles por direito.

No entanto, falamos de uma sociedade que ainda se recusa a dividir espaço com povos indígenas, falamos de lacunas não preenchidas por estes povos em universidades públicas, em tribunais, delegacias, escolas, empresas. Não me permito dizer que não existem; temos Sônia Guajajara no Ministério dos Povos Indígenas, a advogada Samara Pataxó ativa na Justiça Eleitoral, Eloy Terena, responsável pelas estratégias jurídicas da Articulação dos Povos Indígenas (Apib), além de Andrea Kariri como vereadora pelo PT na cidade de São Benedito. Há muitos outros que ocupam espaços onde um dia não imaginavam chegar, mas sabemos que em comparação a quantidade de setores que fazem uma nação funcionar, os números ainda são poucos. Na pirâmide hierárquica, povos negros, povos indígenas, a comunidade LGBTQIAN+, pessoas com deficiência e

outros grupos vistos como minorias, ainda precisam dar a vida para ocuparem essas vagas e serem respeitados em suas funções.

Em nosso encontro, a professora Juliana também me contou sobre as cotas, da felicidade que é ver um jovem estudar a vida toda em uma escola pública e conseguir ingressar em uma universidade. “O movimento indígena através do grupo de jovens não é só visar o emprego na nossa localidade, mas também uma formação, conseguir uma benfeitoria para comunidade, para o coletivo”. O sistema de cotas para indígenas no Brasil é uma política afirmativa que visa corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão. A Lei 12.711/2012 garante que universidades e institutos federais reservem uma porcentagem de suas vagas para candidatos indígenas. É o mínimo. Uma reparação histórica gigantesca, já que não é nem de longe o suficiente do tanto que já foi roubado destes povos. Além de tudo isso, os professores lembram que toda essa articulação coletiva é também a valorização da cultura. Tudo o que querem são jovens que sigam seus sonhos, se realizem profissionalmente, sigam lutando e não esqueçam de levar seus cantos e suas danças para onde forem. “Aqui nós já elaboramos esse lado artístico para mostrar um pouco da nossa cultura lá fora, para que todos conheçam, para mostrar a nossa história”.

O grupo de jovens é uma das, se não a maior, extensão do que é guiar uma pessoa de pouquinho para mostrar o mundo e suas particularidades. Principalmente quando você vem de uma linhagem de luta, onde o sangue que corre na sua veia tenta sobreviver há mais de 10 gerações. É nesse encaminhamento dinâmico,

sábio e de quem muito precisou correr atrás dos seus sonhos, que os professores ensinam a essa nova geração que eles podem e devem conquistar o mundo.

Além dessa organização que visa crescer cada vez mais, a aldeia também conta com o grupo das mulheres, um momento realizado aos fins de semana, criado antes mesmo do período pandêmico, para estas conversarem, trocarem dúvidas, aflições, ideias e, principalmente, colocar as mãos na massa. Meu primeiro contato com o grupo foi em um sábado, na produção de bonecas de pano. Com aquele cenário lembrei que cresci com a minha mãe, professora, personalizando bonecas feitas com retalhos de tecido, linha, agulha e muita criatividade para ensinar aos seus alunos. É uma arte que faz parte do artesanato. Um hábito vivo na comunidade para a venda, o uso próprio ou a pensar ensinar a nova geração como fazer.

Os encontros, realizados principalmente aos sábados desde 2019, trazem conforto para fugir das atividades rotineiras, e é onde suas vozes se unificam para cantar, criar, rir, e fortalecer os laços.

Falar de um grupo composto por mulheres, é falar da sensibilidade do nosso existir aqui no mundo. A luta de uma mulher é dobrada, a luta de uma mulher indígena, triplicada. Falar dessa luta é citar principalmente quem, desde muito nova, decidiu se posicionar a frente de uma reivindicação vinda de gerações passadas, pois sentia a necessidade gritante de agir em prol dos seus: Andrea Kariri. A cacique e rosto da coletividade Tapuya. Nascida em 04 de março de 1982, Andréa Rufino da Silva cresceu entre 12 irmãos e aprendeu desde cedo as dificuldades e as tradições do povo Tapuya-Kariri.

Sua jornada começou como professora e com uma das armas mais poderosas do mundo em suas mãos - a educação - ela teve o privilégio de ensinar a ler e escrever as lideranças tradicionais de seu povo. Andrea é a personificação da força. Desde que ouvi falar em seu nome, antes mesmo de entrarmos em contato, eu já imaginava a responsabilidade e a coragem que ela como líder de um povo detinha.

E não estava enganada, Andrea é destemida, atrevida e ousada. Isso tudo, ela adquiriu após anos de experiência ouvindo e convivendo com o preconceito e os desafios da vida. Até porque ser mulher em uma sociedade que não ensina a respeitar e ser indígena em um mundo que nega seus direitos não é uma resistência fácil. Foi com esse atrevimento e sede de valorizar o sangue que corria em sua veia, que a professora começou a exercer a sua liderança e escolhida cacique de seu povo. Andrea ocupa um lugar de autoridade dentro da sua comunidade, pois é ela que, com sabedoria e estudos, guia seu povo às melhores decisões. É a cabeça pensante que se mantém firme em Assembleias, encontros na Câmara Municipal, discursos no Congresso e mobilizações pelos estados do Brasil e atualmente ocupa a vaga de coordenadora da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará. É apenas uma, mas fala e luta por vários.

Em janeiro de 2025, em um de meus retornos à Aldeia para acompanhar o XII Jogos dos Povos Indígenas do Ceará, presidido este ano pelos Tapuya-Kariri, pude conversar com Andrea sobre muito o que ainda me trazia dúvidas.

Chovia bastante e fazia um frio que há meses eu não sentia pelo Ceará, nos encontramos na escola, movimentada e cheia de suprimentos para receber outros povos, e fomos para a sua sala. Fazia um tempo em que não havíamos conversado, ela, com a agenda cheia por conta da campanha eleitoral da cidade, a qual a cacique assumiu o cargo como vereadora por 926 votos, e eu no meu processo de escrita, leitura, enquanto acompanhava através das redes sociais a líder que agora ocupa pela primeira vez um cargo público.

De frente com quem é autoridade, mas também precisa enfrentar a vulnerabilidade que vem com a luta, tentei escutar melhor o que muitos que não conhecem a cacique também deveriam: o lado da Andrea mãe, filha e irmã. “Mãe, a senhora acha que isso vale a pena? ”, foi o que meu filho, na época com 17 anos, me questionou em um dia que voltei para casa e estava muito cansada. Eu olhei para ele e afirmei: “Vale. Talvez eu não vá colher os frutos agora, mas vocês, seus filhos, seus netos, vão. E isso, meu filho, vem depois de toda uma luta, não cai do céu”.

Essa realidade contada por Andrea, faz parte dos bastidores de uma vida corrida em estar à frente de um movimento de resistência que não tem prazo para acabar. A avó de Andrea lutou, sua mãe lutou, e ela luta, para que seus filhos sigam o mesmo caminho, mas que não precisem dar o sangue e a vida para ocupar um espaço. A cacique almeja o que toda mãe busca para a sua família: tranquilidade e qualidade de vida. Mas me surpreendi ao ouvir, vindo de uma líder, política, professora, que a recomendação aos seus filhos é que saibam dosar suas participações em um movimento que,

apesar de valer a pena e colher frutos, também tira uma parte para que outra seja conquistada.

“Eu disse: Alan (filho mais velho de Andrea), eu nem quero que você se engaje tanto no movimento, porque a pessoa sofre muito, a gente abdica de muita coisa. Até que ele me falou algo de volta que me fez repensar, ele disse: “Mãe, eu tomo café movimento, eu almoço e janto movimento, como é que eu não vou me engajar? “. Foi nesse momento que eu pensei; a gente faz toda uma luta e se não prepararmos nossos filhos, a gente vai preparar quem? Percebi que estava errada, e que preciso dar continuidade”. Andrea expressou com orgulho essa troca, ao entender que apesar da boa intenção, quem saiu aprendendo uma nova lição foi ela, de um jovem que constrói sua história e tem orgulho de levá-la adiante, com as coisas boas e ruins. “Hoje ele está igualzinho a mim, tenho até medo (risos)”.

Para a estabilidade em que Andrea se encontra atualmente - bem posicionada no mundo do ativismo e da política, conhecida em diferentes estados, e com um histórico de vitórias levadas para dentro da Aldeia – foi preciso que ocorressem momentos que marcaram sua vida pessoal, principalmente, a relação com a sua família. Em nosso momento de troca de partilhas, ao comentar sobre a conversa com o filho mais velho, Alan, Andrea também citou o dia em que sua filha mais nova, a surpreendeu com as palavras.

“Lembro que era o dia da festinha de ABC da Maria Emanuely, e tinha toda aquela história do que a criança queria ser e de quem ela gostava, e no depoimento dela ela disse: “Eu amo a minha avó”, em nenhum momento citou meu nome. Mas entendi que a razão era porque eu

era uma pessoa muito ausente, e ainda sou, por conta do movimento. Eu tive minha filha em 2010, e eram viagens por cima de viagens, e ela bem pequena. Minha mãe tomava conta dela, e foi quem cuidou realmente de toda a infância dela”. Foi essa fala que fez a líder entender o quanto o movimento consome e o quanto foi necessário abdicar de coisas importantes para poder dar um futuro melhor a seus filhos. “Mas isso me consola. Abdiquei de estar acompanhando ela, mas ela não vai passar pelos mesmos preconceitos que eu”.

Andrea sabe do seu propósito e se orgulha em criar filhos que hoje e amanhã saibam se defender e defender seu povo. Não há dúvidas do orgulho que um filho possui de uma mãe ou um pai, que vive em prol de outras pessoas, e que molda estes para aprenderem a viver em coletividade, mesmo sabendo do que o mundo, e as pessoas não indígenas, os fazem passar. “Cotidianamente, minha filha conversa, convive com tudo o que há aqui, na escola e no movimento, convive até muito mais do que eu. Recentemente a história mudou, tivemos um evento do dia das mães na escola e ela disse: “eu tenho muito orgulho da minha mãe, da mulher que ela se tornou”, e isso pra mim foi tudo, ganhei o dia”. Retomo minha fala ao reafirmar que a luta de uma mulher é dobrada, e a luta de uma mulher indígena, triplicada. Andrea é o rosto dessa luta, de quem faz o que estar além do alcance, que inspira outras mulheres da aldeia, e que ensina à sua filha, e outras jovens, que as mulheres Tapuya-Kariri possuem uma base firme e um solo fértil.



Cacique Andrea Kariri em sua sala na escola Francisco Gonçalves de Sousa. Ana Ilza Medeiros, 2025.



Andrea Kariri em Brasília, no Acampamento Terra Livre. Arquivo Tapuya-Kariri, 2019.

IV

Universos Kariri

Somos mais do que as pessoas pensam, somos seres sociais e, por tanto, diferentes, e complexos também, não somos a caricatura do 'índio' que conhecemos no Brasil" — Alice Pataxó (Povos Pataxós)

O consagrado educador brasileiro, Paulo Freire, acreditava que a educação é um ato revolucionário. O escritor se referia a ensinar e aprender, não apenas como uma questão disciplinar e de conteúdo, mas sim, um ato político e cultural. Na história dos Tapuya-Kariri, o movimento de resistência se deu, em sua maioria, pelo papel da escola na aldeia para seu povo. Uma escola que passou por transições e que hoje é considerada um espaço de encontro e decisões para a comunidade, e não apenas uma construção civil. Mas esse espaço, para ser consagrado ao o que é hoje, precisou passar por mudanças, essas, com a contribuição de quem há muito possui um histórico de relações intrínsecas com os povos indígenas do Brasil: a igreja católica.

Há 18 anos atrás, a Aldeia Gameleira, que ainda construía sua Associação e demandava de necessidades básicas como saúde, educação e lazer, tinha como escola uma casinha de taipa comprada pelo então cacique da época, Sr. Chico Pai Zé, que vendeu sua única junta de boi para comprar a casa. A escola era dividida em duas salas de aula, recebia alunos da educação infantil, e tinha Andrea Kariri como a primeira professora. Na época, os Tapuya-Kariri sofriam divergências com a escola municipal presente no sítio Carnaúba II,

atualmente concedida aos povos Quilombolas, pela falta de compreensão, preconceito e constrangimentos, sendo constantemente estigmatizados como inferiores, enquanto estavam no prédio do município. Foi a partir desses e de outros conflitos, que a transição para a casa de taipa ocorreu. No entanto, com o passar do tempo a estrutura tornou-se insuficiente para a quantidade de alunos que passou a frequentar, surgindo a necessidade de um espaço maior.

Mas a escola, apesar de pequena, garantia um símbolo de resistência e pertencimento ao povo Tapuya-Kariri. Pela primeira vez, era um local, que há muito custo, ensinava a comunidade a compreender letras, números e o mundo. Em 2007, o povo Tapuya-Kariri recebeu a visita da Pastoral da Terra, um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil¹⁰ que tem como foco prestar um serviço educativo a trabalhadores rurais pelo Brasil. Irmã Maria Luíza, quem estava à frente da construção de relações com a comunidade, apresentou à Andrea Dom Javier, bispo da Diocese de Tianguá¹¹. “Quando o Dom veio nos visitar, ele ficou abismado com a precariedade das salas, até porque era tudo muito simples. E perguntou se aquela era a nossa escola, eu respondi que sim. Na época tínhamos 38 alunos

¹⁰ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é uma instituição permanente que reúne todos os Bispos diocesanos do Brasil e os que são a eles equiparados pelo direito, os Bispos coadjutores, os Bispos auxiliares e os outros Bispos titulares que exercem no mesmo território algum encargo especial, confiado pela Sé Apostólica ou pela Conferência dos Bispos.

¹¹ A Diocese de Tianguá é uma diocese localizada na cidade de Tianguá, na província eclesiástica de Fortaleza, no Ceará. Está há 40 quilômetros da cidade de São Benedito.

multiseriados¹² porque não conseguimos fechar as salas completas e a gente queria muito aumentar o número de alunos, porque tínhamos muitos indígenas, e precisávamos de espaço.” Andrea me contava que a intenção era mudar a escola improvisada para o espaço onde se encontra a atual Associação: uma casa, onde, de acordo com os cálculos da época, caberia 3 salas, uma cozinha e 2 banheiros. “O Dom olhou aquele lugar e perguntou: “Como é que vocês vão sair de um local pequeno para outro pequeno? ”, e eu disse que a diferença era que pelo menos aqui teria um pouco mais de qualidade”.

A visita de Dom Javier foi a virada de chave para a oportunidade que viria a seguir: A Diocese de Tianguá dispôs o material e a mão de obra para a construção da atual Escola Indígena Francisco Gonçalves de Sousa¹³, inaugurada em 2018. Foram mais de 120 dias de trabalho voluntário da comunidade para levantar os muros da escola que hoje é pilar central da Aldeia e conta com uma estrutura adequada para os 327 alunos matriculados, da educação infantil ao ensino fundamental. Mas Andrea lembra também da emoção que foi na época, da comunidade realizar a transição para algo novo, após anos resistindo e investindo na educação dos Tapuya, em uma casa improvisada. “Quando inaugurou foi um chororô. Porque lá era nosso, tinha sido construído por nós e tinha uma identidade muito forte”.

A cacique relembra essas memórias recentes enquanto chovia e estávamos em sua sala, cheia de artefatos escolares, prêmios, e livros, e até narrou um

¹² As turmas multisseriadas são uma forma de organização de ensino em que alunos de diferentes séries são agrupados na mesma sala de aula, geralmente com o mesmo professor.

¹³ Nome em homenagem ao falecido cacique Chico Pai Zé.

acontecimento que a fez novamente repensar sobre a importância dos detalhes mais comuns do dia a dia. “Assim que inaugurou a escola o Tio Sé¹⁴ ia passando por aqui e os portões estavam fechados, na casa de taipa não era assim, era tudo aberto e ele entrava a hora que quisesse pra tomar um cafezinho. Mas nesse dia eu percebi que ele passou direto e perguntei o porquê, ele disse “minha filha, na nossa escola o portão nunca ficou fechado, então se aqui está fechado é porque não é pra mim entrar””.

Foi nesse momento que Andrea se deu conta que aquele lugar ia além de uma existência concreta para o seu povo, mas sim, uma simbologia importante, e que a partir dali os portões deveriam estar sempre abertos. “Para as nossas lideranças entrarem, eles têm que estarem abertos, porque a gente precisa deles”.

Ao retornar à escola já construída e pronta para receber seus alunos, Andrea se surpreendeu quando Dom Javier parou em frente aos portões e falou “vocês tinham alguns vinténs e transformaram isso em riqueza”. “Nós tínhamos tão pouco quando ele chegou aqui e agora ao retornar ele viu uma escola estruturada, onde as pessoas possam realmente ter uma educação de qualidade. A seriedade com o que ele falou reafirmou sua doação, porque a partir do momento em que ele doou recursos pra essa construção, é porque ele confiou na gente”. É uma reparação histórica, uma relação construída em bondade e confiança. Comentei com a cacique sobre a minha surpresa e de tantos outros em saber a identidade de quem ajudou na construção de algo tão colossal para a comunidade.

¹⁴ Pajé Sebastião (in memoriam) e pai de Neguinho.

E pode ter sido esse o pensamento de Dom Javier, de não poder reparar tudo o que foi feito há 500 anos atrás (e segue acontecendo), mas em nome da sua igreja, fé e compaixão, ajudar e colher bons frutos. E é por essa razão que a escola é o símbolo revolucionário dos Tapuya-Kariri.

Essa estrutura física e simbólica, que tanto conta com uma história importante da sua criação até a sua inauguração faz a diferença na educação da comunidade indígena. Com 6 salas de aula, 1 sala de informática, 1 sala de leitura, 5 banheiros, 1 cozinha, 1 sala de depósito de material de limpeza (DML), 1 dispensa, 1 sala dos professores, 1 secretaria, 1 sala de arquivo morto, um almoxarifado, 1 sala da direção e recentemente com a criação de uma quadra esportiva sendo construída, a escola se mantém estável e com os recursos necessários para suprir a necessidades dos estudantes. Dos professores aos demais funcionários, pelo menos 90% de quem faz a escola funcionar é indígena. Uma comunidade que se faz presente em todas as partes da aldeia em grande coletividade.

IV.I Universos do Existir

Fui em busca de entender o que diferenciava a escola indígena das demais não indígenas, apesar de saber que havia uma distância cultural considerável. E não estou falando apenas dos ensinamentos de livros de História sobre a colonização, a literatura de Iracema, nem as iguarias brasileiras. Na escola dos Tapuya-Kariri, a educação indígena é tão importante quanto, ou mais, das disciplinas consideradas padrões no ensino brasileiro como o português e a matemática. Em linhas gerais, essa educação é uma modalidade de ensino que busca atender às especificidades

culturais, linguísticas e sociais dos povos indígenas no Brasil e tem como um dos objetivos preservar e fortalecer essas identidades e tradições.

No ano de 2010, a escola Francisco Gonçalves de Sousa, passou pelo processo de estadualização, passando agora a ser responsabilidade dos governos estaduais do Ceará e tendo a educação escolar indígena como parte da grade disciplinar.

Esse ensino indígena é inserido no dia a dia das aulas com a aproximação cultural e de herança presente na comunidade, ou seja, toda a aldeia é uma escola para essas crianças e adolescentes. Cada casa, plantação, cafurna e estrada de terra, conta um pouquinho da história de luta e resistência dos Tapuya-Kariri. Dos que vieram antes de seus pais e seus avós. Os professores, como já havia detalhado, são em sua maioria indígenas, cursando o ensino superior em municípios vizinhos e outros já graduados em Licenciatura em História ou Língua Portuguesa. Mais do que guiar os alunos aos caminhos dos números, da ciência e literatura, eles são responsáveis por apresentar e preservar as tradições indígenas através de aulas dinâmicas.

Exemplo disso é o toré, o primeiro passo para iniciar a rotina escolar. Realizado todas as tardes às 14h, os alunos se reúnem para pedir a suas ancestralidades sabedoria e agradecer, cada um com a sua prece. Projetos culturais, inseridos, principalmente nas aulas de História, também são importantes para que os alunos entendam de onde vem seus cantos, suas danças e seus hábitos. O projeto Yburana, por exemplo, é trabalhado na escola com o objetivo de explicar a nova geração a importância do território e bem estar, sempre com o lúdico e a liberdade para que cada ser

indivíduo possa criar sua própria relação com a natureza e suas raízes.

Os troncos velhos, com seu grande legado na aldeia, são mestres da maior disciplina que há: a vida. Dona Tonha, seu Oscar, Neguinho, dona Francisca e tantos outros que por este livro já contaram suas histórias, são a biblioteca viva de uma comunidade que cresce cada vez mais. A escola é uma segunda casa, um pilar de encontro, desde a sua transição, ao pedido de seu Chico Pai Zé para que as portas estivessem abertas, aprender e ensinar é o tudo o que não falta.

Em minhas idas à escola, ainda muito tímida e tentando criar laços com quem tanto me acolheu bem, não pude deixar de observar a presença desses senhores, e foi quando percebi o quanto uma estrutura deixa de ser apenas uma construção civil para virar um templo. Os alunos são levados frequentemente para as cafurnas, os mais de 30 buracos sagrados, que apesar de apertados e menores pelo relevo e a mudança da terra ao passar dos anos, protegiam seus antepassados dos perigos e dos homens maus. Lá é o local onde os estudantes e professores participam das aulas e aprendem sobre uma cultura que precisa ser passada a frente, para que nunca se apague.



Escola indígena Francisco Gonçalves de Sousa. Ana Ilza Medeiros, 2025.



Jurema Sagrada. Local central e simbólico da escola indígena onde são realizados os torés antes das aulas. Ana Ilza Medeiros, 2025.

As comemorações festivas, as formaturas de ABC, os jogos, e tudo o que pude e posso acompanhar dentro da escola Francisco Gonçalves de Sousa, mostraram a mim, uma branca não indígena, a riqueza cultural que está a nossa frente e nem sempre conseguimos tentar conhecer para entender e respeitar. Nas escolas não indígenas que frequentei, o que tínhamos era o dia 19 de abril, crianças fantasiadas sem entender o que significava cada adereço, a caricatura, os sons estereotipados produzidos pela boca e o raso conhecimento sobre um povo que já estava aqui antes de tudo, e ainda assim segue sem permissão para permanecer. Digo isso porque o ensino sobre povo indígenas e afrodescendentes chegou de forma tardia em escolas públicas, apenas no ano de 2008, após a promulgação da Lei Nº 11.645/2008.

17 anos não foi o suficiente para que muitas escolas adaptassem o ensino adequado sobre etnias e suas histórias de luta. Até hoje continuamos nos referindo em sala de aula ao escravo africano, nos equivocando em não entender que na verdade as pessoas foram e são escravizadas. Ou seja, além de trazer a ideia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos, também cultuamos um termo preconceituoso e pejorativo. O mesmo com o termo “índios”, e a romantização da troca de espelhos e pau-brasil na invasão portuguesa – tardamos em compreender os fatos e continuamos sem querer ouvir a voz de povos que nasceram e criaram uma terra hoje chamada República Federativa do Brasil.

Em escolas indígenas o caminho é diferente, os alunos entendem o que estão vestindo, sabem o que significa usar um cocar, e aprendem a produzir um artesanato fruto de uma herança cultural. Aprendem sobre os cânticos das romeiras

e o toré, aprendem a usar a imaginação e aproveitarem a infância na natureza, mas também entendem que nesse caminho há muita luta, resistência, e que muitos de seus antepassados tiveram que perder a vida para que hoje houvesse uma escola, uma Associação e direitos garantidos. Penso no quanto são sortudos em crescerem em uma grande coletividade que é a aldeia. Mas a diversidade não para aí. Ainda em janeiro de 2025, recebi no celular um post de que a escola estava arrecadando livros para montar a biblioteca, prontamente me disponibilizei para juntar uma quantidade considerável de livros para levar à São Benedito, coincidentemente estava com uma visita marcada nos próximos dias para falar com Neguinho e Luiz Marcos.

Reunindo doação de amigos e do meu próprio acervo, conseguimos juntar mais de 40 livros. Lembro de conseguir empilhá-los em uma mala e levá-los a aldeia em duas grandes mochilas, além do baú da minha moto. Percorri neste dia os 14 quilômetros com mais cautela, pelo peso que carregava. A biblioteca foi enchendo cada vez mais e segue recebendo doações de diferentes gêneros e coleções para agregar ainda mais a imaginação dos alunos. Uma ação dessa não é inesperada, para quem, em conjunto com troncos velhos e alunos, produziu um livro em e-book com poemas e desenhos da aldeia. Aliás, meu primeiro contato com materiais produzidos pelos Tapuya foi exatamente esse livro, que dá nome ao nosso capítulo: ‘Universos Kariri: a cultura do povo Tapuya-Kariri’, uma produção independente publicada em 2021 e idealizada por Andrea Kariri e Leticia Kariri, ambas professoras da escola. Costumo dizer que é a porta de entrada para conhecer a comunidade. “Se quer ver e escutar os Tapuya-Kariri, começa por esse livro, lá tem a essência do ser, da criança, dos mais velhos e da educação”,

era esse o meu discurso toda vez que alguém me perguntava o porquê de estar escrevendo sobre os Tapuya.

IV.II Universos do Ajuntar

“Vamos sediar os jogos indígenas desse ano, quer vim?” Gleici me mandou essa mensagem no finalzinho de janeiro e sem pensar duas vezes respondi que sim. Não fazia ideia do que era o evento, mas pedi todo o itinerário para me deslocar novamente até a aldeia. O período entre janeiro e abril costuma ser frio e chuvoso pela Serra da Ibiapaba, mas não me impediu de ir no centro da cidade comprar uma capa de chuva que cabiam duas de mim, proteger meu caderno de campo e celular e seguir até o dia dos jogos. Felizmente, o sol deu corda e o sereno foi pouquíssimo. Cheguei no sítio Carnaúba II e me deparei com mais de 10 povos indígenas de todo o estado do Ceará. Cada povo vestia uma camisa personalizada para representar a sua etnia. O dia ia começar com a corrida, e logo preparei minha câmera para acompanhar. Não queria entrar no movimento, mas logo me vi batendo palmas e torcendo para a equipe dos Tapuya que disparava a correr naquela estrada de 100 metros.

Encontrei dona Coti, um dos troncos velhos da aldeia, que estava junto de seu filho Neguinho e de dona Jacinta. Dona Jacinta e eu nos abraçamos, em outras visitas quando finalizava nossos encontros na escola eu a levava de moto para sua casa, que ficava no caminho da minha rota. “Estamos vivendo bons momentos em tempos ruins”. Ela se referia as conquistas graduais de povos indígenas em momentos de crise onde o mundo em sua visão cada vez se acaba mais em guerras, fome e violência. Foi dona Jacinta que me contou sobre os seus partos, que me abraçou em

nosso primeiro encontro para perguntar como eu conseguia viver no calor de Teresina e me levou a casa de dona Tonha onde passamos a tarde conversando sob o sol da área verde de plantações e bois da senhora. No dia em que a encontrei no jogo, e vi outro rosto familiar além de Neguinho, eu entendi melhor sobre pertencimento.

Dona Coti, era esposa do falecido pajé, seu Sebastião, e ao esperarmos os jogos começarem, a senhora de quase 100 anos só tinha um pedido, olhou para mim e retrucou: “eu quero ver aquilo que passa voando no céu, eu acho graça quando ele passa”, ela se referia aos drones que grupos de jovens manipulavam com um controle para gravar o evento de uma visão mais ampla. Na hora que os vi subindo ao céu como um pássaro, já a cutuquei e disse: “os drones já estão voando!”.

A primeira parte dos jogos foi fenomenal. Após a corrida, os grupos voltavam para a escola onde iriam almoçar, descansar e voltar para as outras modalidades. O evento tem como objetivo promover a integração das 19 etnias do Ceará, entre elas: Tremembé, Anacé, Tapeba, Pitaguary, Potyguara, Kanindé, Tupinambá, Jenipapo-Kanindé, Gavião, Tabajara, Kalabaça, Kariri, Karão Jaguaribara, Tapuya-Kariri, Tubiba-Tapuaia e Karão Jaguaribara. Promovidos pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Esporte (Sesporte), Secretária dos Povos Indígenas do Ceará (Sepin) e Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), os jogos viraram uma tradição que une esporte e cultura. Lembro do meu encontro com Andrea dias antes do evento, em que voluntários preparavam a comunidade para receber os seus ‘parentes’, como costumam dizer. Foram separadas 2 escolas e 1 galpão como dormitório, e instalados banheiros

provisórios em toda a área escolar. “Estamos recebendo mais de mil pessoas, é muita gente, muita correria, e ainda tem a chuva”, anunciava a cacique, preocupada em receber todos e suprir suas necessidades.

Mas décima segunda edição foi um sucesso. Teve chuva fina, mas muito sol, os jovens, em sua maioria estudantes, se divertiam e competiam. A aldeia recebeu autoridades, inclusive da prefeitura de São Benedito. Hinos foram cantados e bandeiras levantadas. Não consegui acompanhar todos os dias, mas registrei tudo o que consegui, além de ganhar dois presentes: uma garrafinha vermelha personalizada com a logo dos jogos, presente de Neguinho quando me viu e retrucou “Ana você precisa beber água, não fique com sede”, e uma pequena insolação nos ombros e rosto pelo sol pegado na meia hora em que retornei para casa. Com o período chuvoso, nem imaginava que a luz daquela manhã iria me deixar com marcas por uns três dias. Marquinhas que valeram muito apena.



XII Edição dos Jogos dos Povos Indígenas do Ceará, sediado na Aldeia Gameleira. Ana Ilza Medeiros, 2025.



Equipe indígena que representou os Tapuya-Kairiri no **futebol feminino**. Ana Ilza Medeiros, 2025.



Da esquerda para a direita **Neguinho**, **dona Coti (sua mãe)**, uma **parenta** e **dona Jacinta** prestigiando os Jogos. Ana Ilza Medeiros, 2025.



Primeira modalidade dos Jogos: **Corrida dos 100 metros**. Ana Ilza Medeiros, 2025.

IV.II Universos do Entoar

No final de 2024, conversando com Gleici, a quem tanto recorro para tirar minhas dúvidas quando estou longe, toquei no assunto em que há meses tentava trabalhar para incluir no livro: um vocabulário diferente para o sumário. Minha intenção, era resgatar a língua nativa dos Tapuya e seu alfabeto para trazer até aqui. “Macro-jê, é a nossa língua materna, mas está completamente adormecida”. A professora também me contou que, coincidentemente, e equipe escolar planejava procurar uma forma de trazer novamente o vocabulário para a aldeia.

No entanto, o macro-jê é um tronco linguístico tão antigo e variado, que não se sabe ao certo a sua constituição e origem. Desde o começo dos tempos a comunicação humana é como uma árvore que possui vários galhos, cada um desses galhos, entrelaçados um ao outro criam uma nova língua, que vem se miscigenando sob novas formas de se comunicar dentro de grupos étnicos.

No Brasil, com a chegada dos portugueses, o primeiro contato se deu com os tupis-guaranis, que estavam dispersos por praticamente toda a costa brasileira. Mas haviam outros povos indígenas espalhados em regiões ainda não “exploradas” e que falavam outras línguas, estes eram conhecidos como *tapuias*, que, em tupi, significava *inimigo*. Os portugueses adotaram o vocabulário expressado pelos povos compreendendo que naquele país só haviam duas nações indígenas: o tupi-guarani e a tapuia. No entanto, com a miscigenação, e mudança de territórios, além do descobrimento de outras etnias, o tronco, conhecido hoje como macro-jê, foi se espalhando e consequentemente também se dizimando entre seus povos. Hoje, na Aldeia

Gameleira, não há resquícios escritos ou orais de uma língua nativa que um dia pertenceu aos seus antepassados.

“Já recebemos aqui na aldeia um professor do Rio de Janeiro para estudar e tentar resgatar a língua. Ele fez uma reunião com a gente e pretende voltar para dar seguimento. A gente abraçou a ideia, porque é algo que se perdeu”. A ideia do resgate fortaleceria ainda mais a identidade do povo Tapuya-Kariri. Andrea, quando toquei no assunto em nosso encontro em janeiro, disse que, em certo momento, pensou até em adotar para a comunidade o tupi, língua próxima e uma das mais conhecidas. Mas deu com o pé atrás após pensar que apesar de custar muito, seria de extrema importância para a história do seu povo, incluir no dia a dia sua língua materna. “Nossas lideranças até diziam “como é que a gente vai aprender? Não está tarde?” E eu dizia que não, não está tarde, nós temos uma escola cheia de crianças que podem aprender”. A cacique e os professores da escola seguem esperançosos de levar a ideia a frente, e daqui uns anos, quem sabe, poderem entender, e conhecer com orgulho palavras que fazem parte de suas raízes.

IV.IV Universos do Resistir

Na aldeia, a comunicação segue presente por todos os lados, principalmente nas redes sociais. Não há fronteiras para o digital, e a comunidade faz usufruto da tecnologia para compartilhar sua história e cultura. Em março de 2021, ainda em tempos de pandemia, professores da escola indígena se mobilizaram para a criação de um canal no Youtube, logo após a publicação do livro de poemas da aldeia. O primeiro vídeo do canal é um documentário criado pelo professor José Carlos em conjunto com alunos. A

produção que contém mais de uma hora, reúne recortes do dia a dia na aldeia, e falas de lideranças como Neguinho, e troncos velhos daquela grande família. Jonathan Silva, professor o qual tive a oportunidade de conversar e entender mais sobre o grupo de jovens, é um dos principais articuladores dos projetos da aldeia, e constantemente está à frente de eventos culturais ou que apresentem a história dos Tapuya-Kariri nas redes sociais. No canal do Youtube, entre os 25 postados, pelo menos 10 tem a sua apresentação¹⁵.

A criação do canal, além de alcançar um público dentro e fora do Brasil, também rompe o distanciamento cultural e o preconceito em relação a “civilização”. A inclusão digital de povos indígenas ainda é um debate recente, muitos povos, em áreas isoladas nem sequer possuem acesso a rede telefônica ou eletricidade. É um processo lento, desumano e que afasta ainda mais essas comunidades da mídia tradicional, ainda não ocupada por eles. A parcela é muito pequena.

Ainda em abril de 2025, a aldeia recebeu em sua escola a presença de voluntários da Slow Food Brasil, um movimento global em prol da alimentação saudável e de qualidade, que, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará, levou a comunidade atividades envolvendo Comunicação Popular dentro do projeto Território e Cultura Alimentar. Os estudantes puderam participar de dinâmicas, rodas de conversas e práticas audiovisuais utilizando câmeras fotográficas e diferentes modelos de smartphones, tripés, microfones e

¹⁵ Canal do Youtube ‘Universos Kariri’. Disponível em <https://youtube.com/@universoskariri?si=-qj-xr3udu0M4lyo>

gravadores. Os encontros envolveram também os mais velhos, responsáveis pelo cultivo da alimentação e da agricultura familiar da região há anos. Uma empresa global, uma aldeia no interior da serra do estado do Ceará, e um leque de possibilidades para se aprender e mergulhar ainda mais na tecnologia. Estamos falando de alcance, do acontecimento de uma quebra de fronteiras, de inclusão digital de povos indígenas que produzem, compartilham e entregam o seu ao mundo. Cabe ao mundo, fora da aldeia, dar continuidade à essa inclusão.

Outra rede social em que estão os Tapuya estão presentes é o Instagram. A comunidade dividiu três contas: uma para a escola, outra para o grupo de jovens e outro geral para todos os acontecimentos da aldeia. Professores, e alunos se revezam para as postagens e produção de conteúdos muito bem elaborados e personalizados. Os logos, os símbolos indígenas e o vermelho forte do urucum, chamam a atenção na criação da identidade dos Tapuya.

Na primeira conta (f.g.sousa), são postados todos os momentos celebrados na escola Francisco Gonçalves de Sousa, além dos registros de formaturas, projetos, datas comemorativas e os planejamentos mensais do time de professores, que se especializam cada vez mais para levar o ensino indígena aos seus alunos.

A conta do grupo de jovens (juintaka_) é um mural com as atividades realizadas frequentemente pelos professores para chamar a atenção de estimular os jovens da aldeia ao interesse pelo movimento, pelos debates e ida aos eventos fora da cidade. Juliana, uma das professoras a frente do grupo de jovens, nunca deixou de bater na tecla que atrair a juventude para a luta e fazê-los permanecer, é ainda mais difícil.

A conta geral da aldeia (@universoskariri), é onde serão encontrados, principalmente, os cânticos das Romeiras que ecoam suas vozes dentro e fora da aldeia como forma de representatividade religiosa e cultural. É nesta conta que dias passei, ainda quando idealizava a escrita do livro, e eles ainda era um sonho distante, as ouvindo cantar e contar suas histórias. Os mesmos rostinhos que aqui me relatavam a infância tecendo chapéus, fazendo mel para a gripe ou o urucum para venda. É essa comunicação, cada vez mais acessível e compartilhada, que nos leva a conhecer para entender.

V

Resistir para existir

“Diga o povo que avance. Avançaremos – Povo Xukurú de Ororubá

A resistência segue firme na comunidade, principalmente na política. No ano de 2020, Andrea Kariri se candidatou a vereadora da cidade de São Benedito; era o seu pontapé na vida política. Porém, com o cenário de pandemia e a limitação de fazer campanha e divulgação fora da aldeia, a cacique contabilizou apenas 499 votos, mas sem sucesso em ocupar uma vaga na Câmara Municipal. Apesar do resultado, a comunidade não se absteve em colocar um dos seus ocupando um espaço de autoridade no município.

Foram quatro anos de planejamento interno, e a elaboração comunitária de uma candidatura que iria sair da estrada da Carnaúba II e alcançar eleitores não só em São Benedito, como em municípios vizinhos. Foi preciso amadurecimento e uma força triplicada da parte de Andrea, principalmente em abraçar mais uma causa sendo mulher, indígena, professora e autoridade. “Foi uma campanha difícil porque notamos a dificuldade em ocupar todos esses lugares e morar na zona rural. São preconceitos que doem, porque temos a plena consciência de que estamos no século 21 e que ainda temos que passar por isso”. Em nosso encontro, em janeiro de 2025, discutimos principalmente o que está atrelado ao preconceito contemporâneo, que vai da discriminação de um povo indígena

ocupar uma vaga política à posse de um dispositivo celular – a exclusão digital facilita ainda mais esse pensamento. “Pensam que não temos voz, mas não queremos mais que falem pela gente, a gente já é capaz de falar”.

Com o preparo da campanha, em que a cacique foi abraçada pela comunidade, a líder saiu da Aldeia com mais de 600 votos, os outros 326 foram conquistados, pela sua surpresa, por eleitores localizados dentro da cidade de São Benedito e no Inhuçu, a mais de 10 quilômetros da Carnaúba II. Sua voz havia sido entoada e mais um passo de luta dos Tapuya havia sido dado. “Eu vi esses números como um voto de confiança e esperança, porque as pessoas esperam que eu possa fazer mais”. Nesse cenário, a política para Andrea não é algo pessoal, e o mandato é de mais de 1.000 pessoas, uma coletividade que levará a frente, junto a vereadora, a responsabilidade de cobrar, cumprir e idealizar novos sonhos e direitos para a Aldeia Gameleira.

Com a sua candidatura, contabilizou-se no Ceará, em 2025, a entrada de mais 6 eleitos indígenas nas Câmaras Municipais, entre eles estão: Eliane Tabajara (PSD) de Poranga, Evandro Tremembé (PCdoB) de Itarema, Víctero Bruno Kanindé (PSD) de Aratuba e Marsilvia Potiguara (PT), Vicentino Potiguara (PSB) e Valdemar do Lajedo (PSB) de Monsenhor Tabosa. Essa parcela apenas no Ceará. Apesar das lacunas ainda não supridas em mais espaços, as eleições municipais de 2024 marcaram um avanço significativo na representatividade indígena no Brasil, e além dos 7 citados, 256 indígenas assumiram cargos políticos em 2025.

Andrea sabe que é difícil entrar, permanecer e dar prosseguimento a novo mandato no futuro. Agora, expandindo ainda mais as vozes de sua aldeia, a responsabilidade aumenta, mas com ela, os frutos serão

colhidos dentro e fora do estado. A professora, cacique, professora, mãe, filha, e agora vereadora, sabe também que não está sozinha: Ela é tapuya, rebelde, destemida e faz parte de uma grande coletividade.

A Aldeia Gameleira é formada por povos indígenas, agricultores, artesãos, professores, estudantes e guerreiros que têm a luta pelos direitos e pela existência como herança perante um mundo que tanto tenta os disseminar. A história dos Tapuya-Kariri tem começo, tem um meio, mas não tem um fim. Este livro, principalmente, é uma forma de chamar a atenção para sua vida, cultura e papel de importância no ativismo indígena e na contribuição cultural do Brasil - o país miscigenado e descoberto por povos da mata que tanto o tentam proteger e cultivar. Fui feliz do começo ao fim nessa experiência de conhecimento e entendimento, de despertamento, incômodo e encontro com a minha própria ignorância.

Foi começando a vida na escrita aos vinte e poucos anos que vivenciei de perto o que achava estar tão distante e que o vizinho de uma vida toda tem nome, sobrenome e resiste para existir. Cada quilômetro percorrido na coletividade Tapuya e cada entoamento escutado entre as paredes da escola ou o balançar de árvores das cafurnas me transformaram a continuar, como narradora de histórias, conhecendo e me atrevendo a entender culturas diferentes e povos que devem por direito serem ouvidos. Aqui, pude trazer apenas um recorte de uma comunidade que funciona como um coração dentro da zona rural de São Benedito. Sua religião, sua educação, sua saúde, suas relações, lembranças e seus receios.

Pude trazer o recorte da luta da cacique, uma guerreira que representa a feminilidade em forma mais genuína de ser. Nós temos Andreas entre as mais de trezentas etnias indígenas, e esperamos que cada uma ocupe um lugar de liderança e

respeito no país e no mundo. A luta de uma mulher é a conquista de todas aquelas que não sobreviveram a opressão machista da sociedade e temos vozes como a de Neginho, o verdadeiro sinônimo de um livro vivo que carrega sangue, o suor e a força de seus antepassados.

Como branca, não indígena e representando uma academia de pesquisa que em muito ainda falha ao contar histórias distorcidas – e inserida em uma sociedade midiática em mutação - me dispus a deixar nesta obra a minha sensibilidade e vulnerabilidade também. E me encontrar e desencontrar no caminho de uma jornada sobre essa grande família, até porque, já dizia Eliane Brum: “fracassar é uma condição de quem escreve. A vida sempre escapa. A vida transborda. A vida é maior”.

Os Tapuya-Kariri representam outros povos originários que enfrentam opressão por existirem, e que são maioria, e não minoria. Eles já estavam e irão permanecer. Suas falas neste livro desafiam o preconceito, exigem políticas públicas e convidam para o debate sobre a valorização de vidas humanas e suas diferentes culturas. ‘Resistir para existir: vida e cultura dos Tapuya-Kariri’ foi e será sempre um ato de resistência e coletividade.

V.I Constituição de 1988

A Constituição da República Federativa de 1988 reconheceu aos indígenas, em seu artigo 231 e parágrafos, o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam. Esta mesma Constituição, foi mais além, definiu o que é terra tradicionalmente ocupada e quem são seus titulares, demonstrando claramente quem detém a titularidade da

propriedade e a quem pertence a titularidade da posse permanente.

A Constituição também consagrou duas disposições importantes em relação aos direitos indígenas: o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam e à diversidade étnica e cultural, previsto no art. 231 da CF/88 e seus parágrafos, e o direito ao pleno exercício de sua capacidade processual para defesa de seus interesses, insculpido no art. 232 da CF/88. Estes dois dispositivos fazem parte de um conjunto normativo que alterou a relação estabelecida entre os índios e o Estado, após a promulgação da Constituição de 1988, e rompeu a lógica tutelar que considerava os índios seres incapazes para vida civil e para o exercício de seus direitos.

Art. 20 São bens da União:

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XIV – populações indígenas.

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

Art. 210, § 2º – O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurado às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional,

e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

V.II Protocolo de Consulta Prévia do Povo Tapuya-Kariri

No ano de 2023, os Tapuya-Kariri se aprofundaram ainda mais em seus direitos e entenderam que o direito à consulta está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, elaborada em 7 de junho de 1989. Essa convenção diz respeito aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

De acordo com o artigo 6º da Convenção, os governos deverão consultar os povos interessados sempre quando forem previstas ações administrativas ou legislativas que afete estes povos. Essas ações podem ser uma política pública, um projeto de lei ou ainda, um projeto de empreendimento como a construção de usinas hidrelétricas,

extração de minério ou parques de energias eólicas que impactam negativamente os territórios indígenas. Na maioria das vezes, essas ações são realizadas sem o conhecimento e consentimento dos povos interessados.

Por isso, no ano de 2023, a comunidade se dispôs coletivamente, a criar o protocolo de consulta prévia¹⁶, idealizado com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha. Com informações previstas em lei, o direito à consulta garante que antes mesmo que esses projetos sejam criados, o povo Tapuya-Kariri seja consultado. Ela é prévia e livre, pois deve ser realizada sem coação aos povos e é informada pois a comunidade deve conhecer todas as informações sobre o projeto e ação que os venha afetar.

¹⁶ Leia o Protocolo completo em <https://www.calameo.com/read/004290891b740de39c202>

FLUXOGRAMA DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO- POLÍTICA DOS TAPUYA-KARIRI



**Elaborado pela autora, com base na dissertação da
antropóloga Jeannie Gomes. 2025**

*ONDE ENCONTRAR OS
TAPUYA-KARIRI*

INSTAGRAM



YOUTUBE

E-BOOK



DATAS IMPORTANTES

20/01	DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA INDÍGENA	>
07/02	DIA NACIONAL DA LUTA DOS POVOS INDÍGENAS	>
09/08	DIA INTERNACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS	>
05/09	DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS	>
12/10	DIA DA RESISTÊNCIA INDÍGENA	>

Fonte: Livro Universos Kariri (2021)



ASSISTA DOCUMENTÁRIOS INDÍGENAS

- EX- PAJÉ: 2018, LUIZ BOLOGNESI
- A ÚLTIMA FLORESTA: 2021, LUIZ BOLOGNESI
- POVO TAPUYA-KARIRI: 2022, JOSÉ CARLOS
- RAONI, UMA AMIZADE IMPROVÁVEL: 1978, JEAN-PIERRE DUTILLEUX
- AS HIPER MULHERES: 2011, LEONARDO SETTE

LEIA AUTORES INDÍGENAS



- O BANQUETE DOS DEUSES: DANIEL MUNDIRUKU, 2000
 - IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: AILTON KRENAK, 2017
 - TESSITURAS DA TERRA: GRAÇA GRAÍUNA, 2000
 - A TERRA É MÃE DO ÍNDIO: ELIANE POTIGUAR, 1989
 - A QUEDA DO CÉU: DAVI KOPENAWA, 2010
- 

Referências

ADELCO – Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido. Centro de Documentação Indígena. **Tapuya Kariri de Gameleira**, Fortaleza: 2023. Disponível em: <https://adelco.org.br/centro-documentacao/terra-indigena-tapuya-kariridegameleira>. Acesso em: 11.mar. 2024.

ANDRADE, Samária, et al. "**Os alternativos dos alternativos:** iniciativas comunicativas contra-hegemônicas em Teresina (PI)." *Plural-Revista de Ciências Sociais* 31.2 (2024).

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. Editora Intrínseca, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Art. 231. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=469704#:~:text=Art.,respeitar%20todos%20os%20seus%20bens. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRITO, Jonathan Silva de; SILVA, Andrea Rufino da. **Ritos Fúnebres Tapuya Kariri**. Tese (Licenciatura Intercultural Indígena Kuaba), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/74820/1/2023_tcc_arsilva.pdf. Acesso em: 21. mar. 2024.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Arquipélago Editorial Ltda., 2016.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó**: uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CARNEIRO, Francisca Jeannie Gomes. **Território, conflito e resistência na aldeia Gameleira dos Tapuya-Kariri no Ceará**. /N:Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa,PB, 2016.

Coordenação Executiva da Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará (AMICE). **Mulheres indígenas no Ceará - No coletivo somos únicas**. Fortaleza, 2022.

Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/15xsgpscMYNOAMOCC4NFhX44tRXGa4Sdx/view>. Acesso em: 25.mar. 2024.

Da Cunha, Euclides. **Os sertões**: *edição crítica comemorativa*. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Editora Companhia das letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)**. Editora Companhia das letras, 2019.

LIMA. E. P. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, São Paulo: Editora Manole, 2009.

MARQUES, RENÊ IARLEY DA ROCHA. **Nós bambeia, mas não arreia: história, memória & cultura do povo indígena Tapuya-Kariri na Serra da Ibiapaba e sua luta por direitos**. Editora Dialética, 2024.

MARQUES, Renê Iarley da Rocha. **O sistema de garantias no Brasil para a defesa dos direitos culturais**: aplicação ao caso da etnia indígena Tapuya-Kariri da aldeia gameleira de São Benedito-CE. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Programa de pós-graduação em Direito, Universidade de Fortaleza (Unifor). Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://uol.unifor.br/authsophia/exibicao/27785>. Acesso em: 21. mar. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

PENA, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PERES, A. C. **Narrar o outro**: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. Galaxia (São Paulo, Online), n. 31, p. 92-104, abr. 2016.

PILAR, Vitória Sousa. **Prostituta é comunidade**: A história de uma mulher que fez do sexo ganha-pão e luta. Teresina: Editora Arisca, 2023.

Tapuya-Kariri. **Universos Kariri**. São Benedito, Ceará: Editora Mbotirô, 2021.
Disponível em: <https://universoskariri.blogspot.com/>. Acesso em: 14 mar. 2024.